

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**

**Elera Renováveis Participações S.A. e
suas controladas**

(Anteriormente denominada Elera Renováveis
Participações S.A.)

31 de dezembro de 2022 e 2021
com Relatório do Auditor Independente

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas
(Anteriormente denominada Elera Renováveis Participações S.A.)

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Elera Renováveis Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elera Renováveis Participações S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elera Renováveis Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP 015.199/F



Leonardo Araujo Ferreira
Contador CRC-RJ 116.384/O

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	25	126	59.102	108.729
Contas a receber	4	-	-	314.656	327.631
Estoques		-	-	27.215	20.445
Dividendos a receber	26	131.303	36.580	13.028	10.168
Impostos a recuperar		28	29	51.406	50.908
Despesas antecipadas	7	-	-	5.748	4.049
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	45.723	94.608
Outros		-	-	21.981	5.361
Total do ativo circulante		131.356	36.735	538.859	621.899
Não circulante					
Depósitos restituíveis e valores vinculados	9	-	-	29.560	36.507
Contas a receber - Indenização	8	-	-	79.283	-
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	-	7.774
Mútuos a receber	6	-	-	-	4.221
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	10	-	-	15.770	16.761
Investimento	11	2.059.371	2.040.707	75.015	71.596
Imobilizado	12	-	-	3.202.091	2.791.791
Ativo financeiro	13	-	-	15.979	28.186
Intangível	14	-	-	94.747	102.696
Arrendamento	15	-	-	29.713	19.513
Outros		5	-	21.542	3.480
Total do ativo não circulante		2.059.376	2.040.707	3.563.700	3.082.525
Total do ativo		2.190.732	2.077.442	4.102.559	3.704.424

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	16	2	41	126.457	126.141
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	107.575	317.336
Impostos e contribuições a recolher		-	3	26.920	22.787
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	10	-	-	2.440	2.440
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	40.072	103.528
Salários e encargos sociais		-	-	39.733	35.359
Dividendos a pagar	26	153.227	67.991	199.788	76.978
Arrendamento	15	-	-	8.644	7.106
Outras contas a pagar		-	-	5.984	3.556
Total do passivo circulante		153.229	68.035	557.613	695.231
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	928.414	917.297
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	10	-	-	12.866	17.226
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	-	7.737
Impostos diferidos	25	-	-	26.249	-
Provisão para contingências	18	-	-	17.955	6.167
Arrendamento	15	-	-	23.727	15.043
Outras contas a pagar		-	-	1.955	274
Total do passivo não circulante		-	-	1.011.166	963.744
Patrimônio Líquido					
Capital social	19	901.439	901.439	901.439	901.439
Perda em transações de capital	19	(15.042)	(15.042)	(15.042)	(15.042)
Reservas de lucros	19	360.240	303.713	360.240	303.713
Ajustes de avaliação patrimonial	19	790.866	819.297	790.866	819.297
		2.037.503	2.009.407	2.037.503	2.009.407
Participação de acionistas não controladores	20	-	-	496.277	36.042
Total do patrimônio líquido		2.037.503	2.009.407	2.533.780	2.045.449
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.190.732	2.077.442	4.102.559	3.704.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	21	-	-	1.512.987	1.484.431
Custo de geração de energia	22	-	-	(974.722)	(984.339)
Lucro bruto		-	-	538.265	500.092
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	(564)	(564)	(153.035)	(120.733)
Resultado com equivalência patrimonial	11	319.391	286.048	24.570	18.196
Outras (despesas) receitas operacionais	23	-	-	60.561	729
		318.827	285.484	(67.904)	(101.808)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		318.827	285.484	470.361	398.284
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	-	-	36.322	24.637
Despesas financeiras	24	(1)	(381)	(135.531)	(97.988)
		(1)	(381)	(99.209)	(73.351)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		318.826	285.103	371.152	324.933
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	25	-	-	(31.267)	(28.942)
Diferido	25	-	-	19.112	209
		-	-	(12.155)	(28.733)
Lucro líquido do exercício		318.826	285.103	358.997	296.200
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Controladora		318.826	285.103	318.826	285.103
Acionistas não controladores	20	-	-	40.171	11.097
Lucro básico por ação		0.30	0.27	0.34	0.28
Lucro diluído por ação		0.30	0.27	0.34	0.28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	318.826	285.103	358.997	296.200
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	318.826	285.103	358.997	296.200
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Controladora	318.826	285.103	318.826	285.103
Acionistas não controladores	-	-	40.171	11.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Perda transações de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
				Reserva legal	Retenção de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2020		901.439	(15.049)	65.360	176.375	840.260	-	1.968.385	37.981	2.006.366
Realização da avaliação patrimonial	19.c	-	-	-	-	(20.963)	20.963	-	-	-
Venda de participação em investida		-	7	-	-	-	-	7	-	7
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	19.d	-	-	-	(176.375)	-	-	(176.375)	-	(176.375)
Dividendos complementares distribuídos para acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(10.264)	(10.264)
Declaração de dividendos intermediários ocorridas no exercício	19.d	-	-	-	-	-	(11.921)	(11.921)	-	(11.921)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	285.103	285.103	11.097	296.200
Constituição de reserva legal	19.b	-	-	14.255	-	-	(14.255)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.d	-	-	-	-	-	(55.792)	(55.792)	(2.772)	(58.564)
Reserva de dividendos complementares	19.b	-	-	-	224.098	-	(224.098)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		901.439	(15.042)	79.615	224.098	819.297	-	2.009.407	36.042	2.045.449
Realização da avaliação patrimonial	19.c	-	-	-	-	(21.431)	21.431	-	-	-
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	19.d	-	-	-	(208.009)	-	-	(208.009)	-	(208.009)
Impostos sobre a Reavaliação Positiva - Braúna	.c	-	-	-	-	(7.000)	-	(7.000)	(1.574)	(8.574)
Incorporação de Itiquira pela Elera		-	-	-	-	-	-	-	449.281	449.281
Dividendos complementares distribuídos para acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(8.877)	(8.877)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	318.826	318.826	40.171	358.997
Constituição de reserva legal	19.b	-	-	15.941	-	-	(15.941)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.d	-	-	-	-	-	(75.721)	(75.721)	(18.767)	(94.488)
Reserva de dividendos complementares	d	-	-	-	248.595	-	(248.595)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		901.439	(15.042)	95.556	264.684	790.866	-	2.037.503	496.277	2.533.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		318.826	285.103	358.997	296.200
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa					
Depreciação e amortização de ágio alocado em ativo imobilizado	10, 11, 12 e 14	-	-	142.682	104.735
Encargos financeiros, líquidos	6 e 17	-	-	124.770	47.793
Depreciação de arrendamento	15	-	-	8.285	6.967
Juros sobre arrendamento	15	-	-	3.166	1.737
Baixa de ativo imobilizado e intangível	12 e 14	-	-	8.787	39.212
Baixa de ativo financeiro	13	-	-	-	860
Baixa de arrendamento	15	-	-	(1.917)	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(319.391)	(286.048)	(24.570)	(18.196)
Marcação a mercado dos instrumentos financeiros	5	-	-	(14.534)	9.499
Provisão para contingências	18	-	-	1.820	1.161
Extensão da outorga	12	-	-	-	(70.838)
Impostos diferidos	25	-	-	(19.112)	(209)
Atualização monetária do UBP e ativo financeiro	10 e 13	-	-	(151)	107
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		-	100.000	30.798	123.300
Contas a receber - Indenização		-	-	(79.283)	-
Estoques		-	-	(400)	(2.053)
Impostos a recuperar		1	-	6.323	(2.133)
Despesas antecipadas		-	-	353	(1.643)
Outros		(5)	-	(8.115)	11.562
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		(39)	(99.974)	(24.450)	(126.239)
Salários e encargos sociais		-	-	3.557	4.255
Impostos e contribuições a recolher		(3)	3	(2.527)	2.344
Contas a pagar risco hidrológico		-	-	-	(178.623)
Uso do Bem Público (UBP) - direito de outorga		-	-	(4.935)	(4.186)
Outras contas a pagar		-	-	(129)	(106)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(611)	(916)	509.415	245.506
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Depósitos restituíveis e valores vinculados		-	-	6.947	(27.662)
Dividendos recebidos		199.005	219.768	18.291	10.600
Liberação de recursos para partes relacionadas	6	-	-	-	(3.971)
Recebimento de indenização sobre ativo financeiro	13	-	-	12.931	7.400
Venda de participação acionária em investida	11	-	-	-	2.300
Redução de capital em empresas investidas	11	-	-	-	2.218
Ganho em transações de capital		-	-	-	7
Adiantamento para futuro aumento de capital realizados		-	-	-	25
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	12 e 14	-	-	(115.073)	(282.154)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		199.005	219.768	(76.904)	(291.237)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	6.532	587.551
Amortização de despesa de contratação	17	-	-	664	(2.010)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	17	-	-	(193.104)	(280.687)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	17	-	-	(99.509)	(29.203)
Dividendos pagos		(198.495)	(218.800)	(230.627)	(229.893)
Pagamento de principal e juros de arrendamento	15	-	-	(9.671)	(7.583)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(198.495)	(218.800)	(525.715)	38.175
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa					
		(101)	52	(93.204)	(7.556)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		126	74	108.728	116.284
Adição de caixa por incorporação de Itiquira		-	-	43.577	-
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		25	126	59.101	108.728
Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		(101)	52	(93.204)	(7.556)
Informações complementares:					
Valores pagos de IR:		-	-	16.442	14.046
Valores pagos de CS:		-	-	8.924	7.331
Adição de imobilizado sem efeito caixa de São Luiz		-	-	10.175	26.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Elera Renováveis Participações S.A. (“Controladora”, “Sociedade” ou “BERPAR”) é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista, em especial sociedades que objetivem a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, prestação de serviços de operação e manutenção de usinas hidrelétricas e termoelétricas, anteriormente denominada Elera Renováveis Participações S.A. A Sociedade foi constituída por uma Assembleia Geral de Constituição ocorrida em 10 de setembro de 2007.

Suas empresas controladas atuam no segmento de construção, implantação, manutenção, operação e exploração de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), e de Usinas Hidrelétricas (“UHES”) e estão apresentados na nota explicativa 11.

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações

A Sociedade por meio de suas controladas indiretas Rio Pedrinho, BEMG, Água Clara, ECCS, Salto Natal, Riachão, Rio Pomba, Rio Glória, Rio Manhuaçu, Grapon, São Geraldo, Salto Jaurú, Lumbrás, Ponte Alta, Pezzi, Serra dos Cavalinhos I, Serra dos Cavalinhos II, Lagoa Azul, Serra Negra, Caçador, Cotiporã e Linha Emília detêm autorizações de geração outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes PCHs, na forma de produtores independentes de energia:

PCH	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
<i>Passo do Meio</i>	30,00	227/2000	Out/2033	<i>Bom Jesus e São Francisco de Paula - RS</i>
<i>Pedrinho I</i>	16,20	39/1999	Out/2033	<i>Boa Ventura de São Roque - PR</i>
<i>Anna Maria</i>	1,68	7/2000	Jul/2031	<i>Santos Dumont - MG</i>
<i>Guary</i>	5,40	6/2000	Mai/2031	<i>Santos Dumont - MG</i>
<i>Salto Natal</i>	15,12	231/2000	Nov/2033	<i>Campo Mourão - PR</i>
<i>Riachão</i>	13,40	117/2001	Nov/2036	<i>Mambaí e Buritinópolis - GO</i>
<i>Ivan Botelho II</i>	12,40	352/1999	Nov/2033	<i>Guarani - MG</i>
<i>Ivan Botelho III</i>	24,40	347/1999	Jan/2035	<i>Astolfo Dutra - MG</i>
<i>Ormeo Junqueira Botelho</i>	22,70	346/2000	Dez/2033	<i>Muriaé - MG</i>
<i>Benjamim Mario Baptista</i>	9,00	106/1999	Mar/2031	<i>Manhuaçu - MG</i>
<i>Ivan Botelho I</i>	24,30	346/1999	Mai/2033	<i>Guarani e Descoberto - MG</i>
<i>Túlio Cordeiro Mello</i>	15,80	451/2000	Jul/2033	<i>Abre Campo - MG</i>
<i>Salto</i>	19,00	215/2001	Dez/2037	<i>Jauru e Indiavaí - MT</i>
<i>Angelina</i>	26,27	55/2001	Mar/2040	<i>Major Gercino e Angelina - SC</i>
<i>Ponte Alta</i>	13,00	717/2003	Jun/2037	<i>São Gabriel do Oeste - MS</i>
<i>Pezzi</i>	19,00	617/2003	Out/2042	<i>Bom Jesus - RS</i>
<i>Serra dos Cavalinhos II</i>	29,025	2.509/2010	Fev/2042	<i>Monte Alegre dos Campos - RS</i>
<i>Serra dos Cavalinhos I</i>	25,00	4.497/2014	Jan/2047	<i>Monte Alegre dos Campos - RS</i>
<i>Foz do Estrela</i>	29,50	696/2003	Nov/2040	<i>Coronel Domingos Soares - PR</i>
<i>Piranhas</i>	18,00	345/1999	Dez/2036	<i>Piranhas - GO</i>
<i>Caçador</i>	22,50	449/2000	Out/2038	<i>Serafina Corrêa e Nova Bassano - RS</i>
<i>Cotiporã</i>	19,50	452/2000	Dez/2038	<i>Cotiporã - RS</i>
<i>Linha Emília</i>	19,50	448/2000	Jan/2039	<i>Dois Lajeados - RS</i>
	<u>430,695</u>			

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações—Continuação

Originalmente, o prazo de vigência das autorizações das supracitadas PCHs era de 30 anos, contados a partir da data de publicação de suas autorizações. Algumas PCHs tiveram seus prazos de vigência ajustados pela ANEEL, conforme descrito abaixo.

Em 14 de novembro de 2016, a Resolução Autorizativa nº 6.116 estendeu o prazo de autorização da PCH Riachão para o dia 02 de maio de 2032, decorrente de repactuação do risco hidrológico. Em 08 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.931, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão do prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, as PCHs Passo do Meio, Pedrinho I, Salto Natal, Benjamim Mário Baptista, Ivan Botelho I, Túlio Cordeiro de Mello, Salto, Angelina, Pezzi e Serra dos Cavalinhos II tiveram seus prazos de outorgas estendidos para 16 de junho de 2032, 05 de junho de 2031, 15 de julho de 2032, 11 de outubro de 2031, 28 de julho de 2032, 26 de outubro de 2033, 10 de maio de 2034, 22 de novembro de 2033, 22 de maio de 2037 e 18 de junho de 2047, respectivamente.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, as PCHs Anna Maria, Guary, Riachão, Ivan Botelho II, Ivan Botelho III, Ormeo Junqueira Botelho e Serra dos Cavalinhos I tiveram seus prazos de outorga estendidos para 03 de julho de 2031, 04 de maio de 2031, 14 de dezembro de 2034, 08 de dezembro de 2031, 22 de maio de 2031, 29 de novembro de 2032 e 23 de janeiro de 2046, respectivamente. Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, as PCHs Piranhas, Linha Emília, Caçador e Cotiporã tiveram os prazos de outorgas estendidas para 11 de maio de 2031, 24 de novembro de 2031, 12 de novembro de 2031 e 12 de novembro de 2031, respectivamente.

As PCHs Ponte Alta e Foz do Estrela não foram alcançadas pelas disposições da Lei nº 14.182 porque a primeira não participa do MRE e a segunda iniciou sua operação comercial apenas em maio de 2022. Em 13 de outubro de 2021, as Resoluções Autorizativas nº 10.748 e nº 10.749, que em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, as PCHs Riachão, Salto Natal, Ponte Alta, Serra dos Cavalinhos I, Serra dos Cavalinhos II, Túlio Cordeiro de Melo e Angelina tiveram os seus prazos de outorgas estendidos para 02 de novembro de 2036, 21 de novembro de 2033, 05 de junho de 2037, 04 de janeiro de 2047, 23 de fevereiro de 2043, 22 de julho de 2033 e 02 de março de 2040, respectivamente.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações—Continuação

Em 14 de dezembro de 2021, o Despacho nº 3.965 retificou a Resolução Autorizativa nº 10.748, corrigindo o prazo final de Outorga das PCHs Ponte Alta, Serra dos Cavalinhos I e Riachão.

Em 25 de janeiro de 2022, a Resolução Autorizativa nº 11.023/2022, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, as PCHs Benjamim Mário Baptista, Ivan Botelho I, Passo do Meio, Pedrinho I, Ivan Botelho II, Ivan Botelho III e Ormeo Junqueira Botelho tiveram os seus prazos de outorgas estendidos para 30 de março de 2031, 14 de maio de 2033, 17 de outubro de 2033, 01 de outubro de 2033, 28 de novembro de 2033, 26 de janeiro de 2035 e 31 de dezembro de 2033, respectivamente.

Em 25 de janeiro de 2022, a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, as PCHs Piranhas, Linha Emília, Caçador e Cotiporã tiveram os prazos de outorgas estendidos para 08 de dezembro de 2036, 31 de janeiro de 2039, 31 de outubro de 2038 e 23 de dezembro de 2038, respectivamente.

Em 26 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.318, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, a PCH Salto teve o prazo de outorga estendido até 29 de dezembro de 2037.

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta nas Resoluções Homologatória nº 2.931 e 2.932/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL. Por este motivo, ainda não foram publicadas as Resoluções Autorizativas de extensão do prazo de outorga para as usinas acima listadas em acordo com o disposto na Lei 14.182.

O prazo da autorização das PCHs pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Ao final do prazo das autorizações, os bens e as instalações necessárias para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizado, deduzidos da depreciação apurada por auditoria realizado pelo poder concedente.

PCHs e UHEs exploradas indiretamente e que detêm concessões

A controlada Zona da Mata detém concessão da ANEEL para exploração da PCH João Camilo Penna, em regime de serviço público, enquanto que a Elera Renovável passou a deter as UHE Itiquira e UHE Barra do Braúna, após a incorporação de suas antigas titulares:

PCH/UHE	Potência em MW	Nº da concessão	Vencimento da concessão	Local
<i>João Camilo Penna</i>	21,40	02/1996	Jul/2033	<i>Raul Soares – MG</i>
<i>PCH Paraíso I</i>	21,6	358/1999	Set/2032	<i>Costa Rica - MS</i>
<i>UHE Assis Chateaubriand</i>	29,5	02/1997	Fev/2029	<i>Ribas do Rio Pardo - MS</i>
<i>Itiquira</i>	157,37	213/1998	Jul/2026	<i>Itiquira - MT</i>
<i>Barra do Braúna</i>	39,00	11/2001	Dez/2038	<i>Laranjal e Leopoldina - MG</i>

Originalmente, o prazo de vigência das concessões da PCH João Camilo Penna e da UHE Barra do Braúna era de 35 anos, contados a partir da data de assinatura de seus Contratos de Concessão nº 002/96 e nº 11/2001, respectivamente. Já para a UHE Itiquira, o prazo de vigência era de 30 anos, contados a partir da data de assinatura do seu Contrato de Concessão nº 213/1998.

Em 14 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.932/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH João Camilo Penna UHE Barra do Braúna e a UHE Itiquira tiveram a extensão de suas outorgas homologadas. A UHE Itiquira teve o prazo de outorga estendido até 19 de junho de 2026 por meio do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 2113/1998, assinado em 16 de setembro de 2022, enquanto que a UHE Barra do Braúna teve seu prazo estendido até 09 de dezembro de 2038, por meio da assinatura do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2001, em 16 de setembro de 2022. Por fim, a PCH João Camilo Penna, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.255, de 05 de julho de 2022, teve seu prazo de outorga estendido para 25 de julho de 2033.

Em 30 de setembro de 2022, por meio do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 213/1998, a UHE Itiquira foi transferida da Itiquira Energética S.A para a Elera Renováveis S.A.

Em 21 de outubro de 2022, por meio do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2021, a UHE Barra do Braúna foi transferida da Barra do Braúna Energética S.A. para a Elera Renováveis S.A.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs e UHEs exploradas indiretamente e que detêm concessões--Continuação

Os prazos destas concessões podem ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, em atendimento aos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. Por sua vez, a UHE Itiquira teria previsão de prorrogação por mais 20 anos, em atendimento ao disposto no artigo 3º do Decreto s/nº de 14 de dezembro de 1994.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessárias para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do poder concedente. Para a PCH João Camilo Penna, o valor da indenização será calculado com base no Valor Novo de Reposição (VNR), estabelecido pela MP 579, convertida na Lei 12.783/2013.

Além da PCH João Camilo Penna, fazem parte do contrato de concessão da controlada Zona da Mata os seguintes registros de geração publicados pela ANEEL para exploração de CGHs:

CGH	Potência em MW	Registro da ANEEL	Registro até	Local
Miguel Pereira	0,74	Ofício 91/1998	Sem prazo	Miraí - MG
Santa Cecília	0,42	Ofício 91/1998	Sem prazo	Miraí - MG
Roça Grande	0,77	Ofício 91/1998	Sem prazo	Manhuaçu - MG
Cachoeira Alta	0,30	Ofício 91/1998	Sem prazo	Manhumirim - MG
Matipó	0,42	Ofício 91/1998	Sem prazo	Matipó - MG
	<u>2,65</u>			

As usinas sob regime de registro seguem o determinado na Lei nº 9.074/95, alterada pela Lei nº 13.360/16, que prevê prazo indeterminado para exploração devendo cumprir com as normas da agência reguladora atinentes, principalmente em relação à fiscalização.

O leilão para as concessões existentes ocorreu no dia 25 de novembro de 2015, no qual a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais S.A.) adquiriu a concessão de todas as usinas do estado de Minas Gerais participantes do leilão.

No dia 17 de dezembro de 2015, a Zona da Mata recebeu da Eletrobrás o pagamento da indenização da UHE Neblina, conforme divulgado na Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, cujo montante corrigido é no valor aproximado de R\$12.780. Ocorre que o valor da indenização foi parcelado mensalmente durante 7 anos, o que resultou em uma ação judicial para reconhecimento do devido ressarcimento.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs e UHEs exploradas indiretamente e que detêm concessões--Continuação

Diante desse fato, Zona da Mata obteve mandato de segurança que lhe garantiu o devido reconhecimento do pagamento único e à vista do valor devido. Em atendimento à ordem judicial proferida nos autos do Pedido de Efeito Suspensivo nº 0049778-75.2017.4.01.0000, em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, relativos às indenizações das UHEs Coronel Domiciano e Ervália, a CCEE realizou em 28 de dezembro de 2018 o depósito de R\$32.123 na conta da Zona da Mata. Nos termos da Portaria nº 458/2015 do MME, de 01 de Outubro de 2015, a Zona da Mata realizou a solicitação de depósito complementar junto a CCEE, assim como a realização dos depósitos mensais subsequentes, devidamente atualizados, tal como determinado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Por sua vez, a usina Maurício, também detida por Zona da Mata, teve seu pedido de extinção da outorga aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa 4.467/2013, publicada em 02 de janeiro de 2014. Nesse caso, não houve questionamento sobre o ressarcimento devido.

As controladas indiretas possuem contratos de compra e venda de energia (PPA) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Distribuidora de energia	01/01/2008	07/07/2045
Partes relacionadas	01/01/2013	31/12/2030
Consumidores livres de energia	01/01/2010	31/12/2031
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	30/09/2006	19/06/2029

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade e controladas são caixa e equivalentes de caixa, mútuos a receber, contas a receber, dividendos a receber, depósitos restituíveis e valores vinculados, Uso do Bem Público - UBP - Direitos de Outorga, ativo financeiro e contratos de comercialização de energia.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros--Continuação*

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade e controladas são contas a pagar, Uso do Bem Público - UBP - Direitos de Outorga, empréstimos, financiamentos e debêntures, dividendos a pagar, contratos de comercialização de energia e arrendamento.

c) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

d) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidas.

f) Intangível

Referem-se a gastos com desenvolvimento de projetos, os quais são capitalizados a partir do momento em que os projetos passam da fase de estudo para desenvolvimento.

g) Investimentos

Os investimentos na controlada e nas controladas em conjunto são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) Investimento em coligada e em controlada, para fins de demonstrações financeiras individuais.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na Nota 11.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Sociedade na entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Investimentos--Continuação

O montante de investimento na controlada é eliminado para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, enquanto o saldo do investimento no empreendimento controlado em conjunto é mantido pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme alternativa de política contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1(R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1(R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

h) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

i) Ativo financeiro

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio de reajuste ou revisão tarifária da distribuidora de energia, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa.

j) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Sociedade e suas controladas utilizam o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor. As vidas úteis dos ativos das controladas da Sociedade são demonstradas na Nota 12.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo imobilizado da controlada indireta São Luiz se refere aos gastos incorridos com a construção da usina. O ativo imobilizado enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Conseqüentemente, os encargos financeiros sobre financiamento do BNDES são capitalizados no ativo imobilizado de acordo com o CPC 20 (R1). O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 10.174. A capitalização dos juros encerrou-se no momento que o ativo entrou em operação (nota 1) e conseqüentemente não se trata de um ativo qualificável de acordo com o CPC 20 – Custos de Empréstimos.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

l) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

m) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pelas controladas da Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas. A controlada da Sociedade avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como Agente em parte dos seus contratos caracterizados pelas operações as quais os riscos estão sendo repassados as partes relacionadas, para estas transações a controlada da Sociedade é um intermediador da operação, e como Principal nos contratos os quais a controlada da Sociedade está exposta aos riscos das transações, ou seja, a mesma arcará com eventuais sanções / penalidades por não cumprir com as obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos com as contrapartes.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

n) Imposto de renda e contribuição social

Exceto para a Sociedade, para a controlada direta Elera Renováveis S.A. e para as controladas indiretas COINCE, ESCURA, SLUIZ e BET, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

n) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

p) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

r) Contratos futuros de energia (compra e venda)

A controlada indireta da Sociedade, Brookfield Energia Comercializadora Ltda., possui um portfólio de contratos de energia futuros, que compreendem a compra e venda de energia, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia. A Brookfield Energia Comercializadora Ltda. possui flexibilidade para gerenciar esses contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando suas políticas internas e limites de risco.

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumento financeiro, devido ao fato de serem quitados pelo valor líquido a vista e serem prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos, segundo o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e são reconhecidos no balanço da Brookfield Energia Comercializadora Ltda. pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo dos derivativos de compra e venda de energia são estimados com base nas cotações de preços de mercados ativos onde tais dados são observáveis de mercado de venda e energia e estão disponíveis a cada fechamento contábil para mensuração de valor justo. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta e indireta no capital social, como segue:

Controladas diretas	Percentuais de participação	
	2021	2020
Elera Renováveis S.A. (*)	81,65%	100%
Controladas indiretas	Percentuais de participação	
	2022	2021
Água Clara Energética S.A.	100%	100%
Barra do Braúna Energética S.A.	0%	100%
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	100%	100%
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	100%	100%
Cachoeira Escura Energética S.A.	100%	0%
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	100%	100%
Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE	100%	100%
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	100%	100%
Energética Ponte Alta S.A.	100%	100%
Energética Rio Pedrinho Ltda.	100%	100%
Energética Salto Natal S.A.	100%	100%
Igarapé Energética Ltda.	100%	0%
Lagoa Azul Energética S.A.	100%	100%
Manon Energia S.A.	100%	0%
Lumbrás Energética S.A.	100%	100%
Pezzi Energética S.A.	100%	100%
Riachão Energética Ltda.	100%	100%
Rio Glória Energética Ltda.	100%	100%
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	100%	100%
Rio Pomba Energética Ltda.	100%	100%
Salto Jauru Energética S.A.	76,08%	76,08%
Santa Clara Energética Ltda.	100%	100%
São Geraldo Energética Ltda.	100%	100%
São Luiz Energética S.A.	100%	100%
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	100%	100%
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	100%	100%
Zona da Mata Geração S.A.	100%	100%
Controladas indiretas	2022	2021
Caçador Energética S.A.	100%	100%
Cotiporã Energética S.A.	100%	100%
Linha Emília Energética S.A.	100%	100%
Serra Negra Energética S.A.	70%	70%
Bela Vista Energética Ltda.	100%	0%
Pantanal Energética Ltda.	100%	0%

(*) Devido a incorporação de Itiquira pela BER, a parte que a ITISA possuía sobre Itiquira passou a ser com BER, diluindo a participação de BERPAR sobre BER.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5 - Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.:

Em 03 de outubro de 2022 ocorreu a Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A em razão da operação proporcionar benefícios de natureza negocial, legal, econômica e regulatória, otimização da estrutura societária resultando na redução de custos administrativos e operacionais.

Foram registrados na Elera Renováveis S.A., os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio da Itiquira Energética S.A.

Balanço individual de incorporação em 3º de outubro de 2022:

	<u>03/10/2022:</u>
Caixa e equivalentes de caixa	39.999
Contas a receber	14.470
Despesas antecipadas	1.261
Estoque	4.831
Empréstimos a receber	313.979
Impostos a recuperar	6.621
Outras contas a receber	7.268
Total ativo circulante	<u>388.429</u>
Investimento	229.074
Depósitos judiciais	17.678
Imobilizado	199.961
Arrendamento	508
Total do ativo não circulante	<u>447.221</u>
Total do Ativo	<u><u>835.650</u></u>

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5 - Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.—Continuação:

Balanco individual de incorporação em 3º de outubro de 2022:

	<u>03/10/2022:</u>
Contas a pagar	18.709
Empréstimos e financiamentos	85.768
Impostos e contribuições a recolher	5.846
Salários e encargos sociais	923
Dividendos a pagar	42.018
Arrendamento	263
Outras contas a pagar	1.505
Total do passivo circulante	<u>155.032</u>
Empréstimos e financiamentos	184.260
Impostos diferidos	36.788
Provisões para contingências	9.961
Arrendamento	328
Total do passivo não circulante	<u>231.337</u>
Capital Social	136.474
Reserva de capital	3.839
Reserva de lucros	104.072
Reserva de incentivo fiscal	162.201
Reserva de reavaliação patrimonial	42.695
Total do patrimônio líquido	<u>449.281</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>835.650</u></u>

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5 - Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.—Continuação

Balanço consolidado de incorporação em 3º de outubro de 2022:

	<u>03/10/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	43.577
Contas a receber	17.815
Despesas antecipadas	2.052
Estoque	6.370
Empréstimos a receber	313.979
Impostos a recuperar	6.822
Outras contas a receber	8.862
Total ativo circulante	<u>399.477</u>
Depósitos judiciais	17.687
Imobilizado	427.598
Arrendamento	955
Total do ativo não circulante	<u>446.240</u>
Total do Ativo	<u>845.717</u>
Contas a pagar	24.802
Empréstimos e financiamentos	85.768
Impostos e contribuições a recolher	6.662
Salários e encargos sociais	923
Dividendos a pagar	42.018
Arrendamento	495
Outras contas a pagar	2.283
Total do passivo circulante	<u>162.951</u>
Empréstimos e financiamentos	184.260
Impostos diferidos	36.788
Provisões para contingências	9.968
Arrendamento	619
Outras contas a pagar	1.850
Total do passivo não circulante	<u>233.485</u>
Capital Social	136.474
Reserva de capital	3.839
Reserva de lucros	266.273
Reserva de reavaliação patrimonial	42.695
Total do patrimônio líquido	<u>449.281</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>845.717</u>

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5 - Incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.--Continuação:

Após a reorganização societária, a Elera Renováveis Participações S.A. continua sendo o acionista controlador da BER com participação de 81,65% e a Itisa Holding LLC anterior acionista da Itiquira Energética S.A. com 100% das ações da entidade incorporada e passa a deter 18,35% de participação na BER como parte da relação de troca calculada em 0,86 por ação sem ganho ou perda entre as duas empresas. O resultado apurado pela Itiquira até a data da incorporação foi incorporado na Elera via acervo líquido em reserva de lucros e a partir dessa data os resultados da entidade incorporada passam a ser da Elera. Em relação a Elera Renováveis Participações S.A., essa reorganização não gerou impacto Sociedade, exceto pelo reconhecimento inicial de participação de acionistas não controladores na mutação do patrimônio líquido consolidado.

A distribuição do capital e participação acionárias após a reorganização societária está descrita conforme abaixo:

Acionistas	Quantidade de	Capital social	Quantidade de	Capital social
	Ações em milhares	2022	Ações em milhares	2021
Elera Renováveis Participações S.A.	1.084.976.702	930.198	1.084.977	930.198
Itisa Holding LLC	243.858.663	209.070	-	-
TOTAL	1.328.835.365	1.139.268	1.084.977	930.198

Balanço consolidado de incorporação em 3º de outubro de 2022:

	<u>03/10/2022</u>
Receita operacional líquida	157.245
Custo de geração de energia	<u>(115.422)</u>
Lucro bruto	<u>41.823</u>
Receitas (despesas) operacionais	
Gerais e administrativas	(11.602)
Outras despesas operacionais	<u>(1.128)</u>
	<u>(12.730)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	<u>29.093</u>
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	37.473
Despesas financeiras	<u>(34.389)</u>
	<u>3.084</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>32.177</u>
Imposto de renda e contribuição social	
Corrente	(3.843)
Diferido	<u>3.844</u>
Lucro líquido do exercício	<u>32.178</u>

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis—Continuação

2.5 – Incorporação de Barra do Braúna Energética S.A. por Elera Renováveis S.A.:

Em 01 de novembro de 2022 ocorreu a Incorporação de Barra do Braúna Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A em razão da operação proporcionar benefícios de natureza negocial, legal, econômica e regulatória, otimização da estrutura societária resultando na redução de custos administrativos e operacionais oriundos das obrigações contábeis, fiscais e regulatórias. Como a Sociedade incorporada era controlada de forma integral pela Elera Renováveis S.A. não há impacto nas demonstrações financeiras consolidadas, devido a Barra do Braúna ser uma entidade que era consolidada integralmente por parte da Elera Renováveis S.A. e indiretamente pela Elera Renováveis Participações S.A. antes da incorporação. Foram registrados na Elera Renováveis S.A., os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio da Barra do Braúna Energética S.A.

Balço individual de incorporação em 1º de novembro de 2022:

	01/11/2022:
Caixa e equivalentes de caixa	10.960
Contas a receber	11.236
Despesas antecipadas	460
Estoque	1.740
Impostos a recuperar	10
Outras contas a receber	2.239
Total ativo circulante	26.645
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	15.935
Depósitos judiciais	20
Imobilizado	194.245
Arrendamento	325
Total do ativo não circulante	210.525
Total do Ativo	237.170
Contas a pagar	3.696
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	2.440
Arrendamento	176
Impostos e contribuições a recolher	752
Outras contas a pagar	324
Total do passivo circulante	7.388
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	13.603
Arrendamento	164
Total do passivo não circulante	13.767
Capital Social	135.267
Reserva de lucros	55.332
Reserva de reavaliação patrimonial	25.416
Total do patrimônio líquido	216.015
Total do passivo e do patrimônio líquido	237.170

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários	25	126	5.686	12.049
Aplicações financeiras	-	-	53.416	96.680
Total	25	126	59.102	108.729

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
Banco Itaú S.A.	Op. Compromissada	CDI	-	-	8.423	3.301
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	-	-	29.177	49.676
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	-	-	15.816	43.703
			-	-	53.416	96.680

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber (Consolidado)

	Consolidado	
	2022	2021
Venda de energia	194.373	157.428
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	7.942	84.164
Contas a receber – partes relacionadas	112.341	86.039
	314.656	327.631

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo a vencer (*)	247.444	275.092
Saldo vencido até 30 dias	24.730	16.961
Saldo vencido de 31 a 90 dias	18.239	12.224
Saldo vencido de 91 a 180 dias	20.513	876
Saldo vencido de 181 a 365 dias	568	17.099
Saldo vencido há mais de 365 dias	3.162	5.379
Total	314.656	327.631

(*) Os saldos a vencer são representados pela receita de venda de energia fornecida e não faturada.

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contratos de comercialização de energia

A controlada indireta da Sociedade, Brookfield Energia Comercializadora Ltda. (BET), opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Brookfield Energia Comercializadora Ltda., que foi reconhecido pelo seu valor justo e foram mensuradas através de dados observáveis de preço futuro de energia através da CCEE sendo este uma mensuração de valor justo de nível 2 de acordo como o CPC 48. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante de R\$ 5.651 para o resultado do consolidado foi reconhecida, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2022	2021
Comercialização de energia		
Marcação a mercado dos contratos de vendas	45.723	102.382
Marcação a mercado dos contratos de compras	(40.072)	(111.265)
Valor justo de marcação a mercado de instrumentos financeiros	5.651	(8.883)

O resultado real dos instrumentos financeiro (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade teve um resultado de R\$ 14.534 (R\$ 9.499 em 31 de dezembro de 2021).

	Consolidado	
	2022	2021
Contrato de comercialização de energia		
Ativo		
Circulante	45.723	94.608
Não circulante	-	7.774
Valor justo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros	45.723	102.382

	Consolidado	
	2022	2021
Contrato de comercialização de energia		
Passivo		
Circulante	(40.072)	(103.528)
Não circulante	-	(7.737)
Valor justo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros	(40.072)	(111.265)

A controlada indireta da Sociedade, Brookfield Energia Comercializadora Ltda., tem como política pré-estabelecida de efetuar operações de comercialização de energia com prazo máximo de dois anos.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Mútuos a receber (Consolidado)

A composição dos mútuos a receber é a seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	4.221	-
Liberação de recursos para partes relacionadas	-	3.971
Juros incorridos	-	200
Imposto sobre operação financeira	-	50
Exclusão mútuo -- Itiquira (*)	(4.221)	-
Saldo final	-	4.221

(*) O saldo refere-se a exclusão do mútuo de Ber com Itiquira, uma vez que Itiquira foi incorporada em BER em 03/10/2022.

Em razão da Incorporação da Itiquira pela Elera Renováveis foi efetuado um encontro de contas do mútuo efetuado no exercício de 2016, através da aquisição de debêntures com a parte relacionada. Encerrando assim a operação entre elas. Estas debêntures eram remuneradas a 100% do CDI com mais sobretaxa de 0,50% ao ano, e possuía o vencimento em 09 de novembro de 2025. O valor nominal de cada uma das debêntures seria pago conforme disponibilidade de caixa, na data do vencimento, exceto se as debêntures fossem convertidas em ações.

Durante o exercício de 2022 a Sociedade efetuou novos saques nos contratos de mútuos já vigentes das partes relacionadas São Luiz no montante de R\$29.250 e Água Clara no montante de R\$100 e não teve novas liberações de mútuos entre as demais controladas. Para os contratos vigentes em 2022 também foram encerrados os contratos com Água Clara e São Luiz mantendo apenas ainda vigente os mútuos com as seguintes partes relacionadas Elera Comercializadora e Salto Jaurú. Essas transações não possuem cobrança de juros entre elas, somente incidência de IOF. Essas transações não possuem data de vencimento.

Durante o exercício de 2021, a Sociedade efetuou a liberação de recursos no montante de R\$ 247.986 para as seguintes partes relacionadas Água Clara, São Luiz, Itiquira, Salto Jaurú e BET. Essas transações possuem cobrança de juros entre elas e incidência de IOF. O mútuo com a parte relacionada Itiquira possui data de vencimento de 15 de junho de 2027 e foi extinto devido a incorporação e com Salto Jaurú de 30 de julho de 2024.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Despesas antecipadas

A composição das despesas antecipadas é a seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021
Prêmio de seguro de risco operacional	5.748	4.049
Total	5.748	4.049

Durante o exercício de 2015 foram publicadas a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, que estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica por agentes participantes Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, com o objetivo de buscar uma solução para condições hidrológicas adversas.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber – Indenização

A composição do contas a receber por indenização é a seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021
Indenização Neblina e Sinceridade	79.283	-
Total	79.283	-

A Zona da Mata busca, por meio da ação nº 0001189-76.2013.4.01.3400, indenização pela continuidade dos negócios decorrente da demora excessiva na análise e julgamento pelo órgão regulador nacional de energia (“ANEEL”) e União Federal, em relação ao pedido da Zona da Mata de renovação da concessão das PCHs Neblina e Sinceridade. Apesar do Governo Federal ter declarado que as condições para a renovação estavam cumpridas, o referido processo administrativo demorou mais de 7 anos, havendo indícios de que pelo menos quase 5 anos se deveram exclusivamente a questões burocráticas. Essa renovação das referidas concessões, à época, era amparada pela Lei 9.074/1995, aplicável ao nosso caso particular. Nos termos da referida lei, tal renovação era viável.

Uma das consequências dessa demora, culminou com o fato do pedido da Zona da Mata ter sido prejudicado pela publicação da medida provisória 579/2012, que posteriormente se transformou na lei 12.783/2013, que alterou substancialmente as regras para a renovação da concessão das PCHs, não mais permitindo sua viabilidade econômica.

Em julho de 2019 o Tribunal Regional Federal (“TRF”) acolheu o pedido da Zona da Mata e condenou a União Federal ao pagamento de acordo com a continuidade da operação a ser calculado oportunamente na decisão final do processo.

Posteriormente à decisão do TRF, a União Federal e a ANEEL recorreram em diversas oportunidades. Tais recursos foram todos negados pelos Tribunais. Mais recentemente, a ANEEL e a União Federal interpuseram os chamados “recursos especial e extraordinário”, apresentados no 1º trimestre de 2022 ao Superior Tribunal de Justiça e aguardando o seu exame de provimento.

O Código de Processo Civil brasileiro determina que, enquanto estiverem pendentes recursos especiais e extraordinários, “não é mais necessária a apresentação de garantias para a liquidação e ações que resultem em transferência de direitos e propriedades ou transferência de bens ou outros direitos reais”.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber – Indenização

Com isso, o ganho concedido à Zona da Mata em decisão do TRF já publicada em 2019, as etapas finais do processo judicial e a confirmação que os recursos pendentes apresentados ao Superior Tribunal de Justiça (etapa final) em 2022, (a) não atenderam os requisitos a serem submetidos e analisados pelos Tribunais Superiores, de acordo com o respectivo Código de Processo Nacional e (b) são considerados como processo procrastinador.

Consequentemente, é de entendimento pela administração que a realização da receita do referido processo judicial passa a ser praticamente certa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com o CPC 25, parágrafo 33 bem como tal rubrica não deverá ser oferecida à tributação, por se tratar de indenização reparatória de danos, os quais foram provocados pelo Poder Público, além de não representar acréscimo patrimonial definitivo, mas tão somente sua mera recomposição, adicionado o fato que a natureza de indenização não se enquadra no conceito jurídico-constitucional de renda, lucro ou receita.

A decisão do TRF, acima mencionada, referiu-se à indenização referente aos ganhos que a Zona da Mata foi privada por não ter conseguido renovar a concessão das PCHs Neblina e Sinceridade. A Sociedade entende que os proventos calculados de acordo com os parâmetros e premissas regulatórias que são de domínio público através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e estão atualmente estimados em R\$ 79.283.

9. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Consolidado	
			2022	2021
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	17.931	36.507
Banco Santander S.A.	Fundos	CDI	11.629	-
			29.560	36.507

As investidas indiretas da Sociedade (Serra dos Cavalinhos I Energética S.A., Serra dos Cavalinhos II Energética S.A., Pezzi Energética S.A. e São Luiz Energética S.A.) possuem depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Uso de Bem Público – UBP – Direitos de outorga

A controlada indireta Barra do Braúna, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Barra do Braúna, desembolsará à União, ao longo do prazo de vigência do Contrato de Concessão e enquanto o estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos de concessão, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M.

A primeira parcela foi desembolsada no início da operação comercial da 1ª unidade geradora e a última parcela ocorrerá no término da concessão.

O saldo do ativo é amortizado pelo prazo da concessão desde o momento em que a usina entrou em operação. O saldo do passivo é atualizado mensalmente pelos encargos financeiros (*pró-rata temporis*), conforme determinado no respectivo contrato de concessão, e a contrapartida dessa atualização monetária é registrada como despesa financeira - variação monetária passiva. O valor presente das parcelas foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 3,5% ao ano tomando como base TJLP na data da concessão de 8% e a expectativa de inflação em 4,5%.

A controlada indireta da Sociedade tem registrado o total do direito de outorga, ativo contra passivo, pelo valor presente, desde a entrada da usina em operação.

Movimentação do Uso do Bem Público – UBP – Direitos de outorga:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldos do ativo		
Saldo inicial	16.761	17.937
Amortização	(991)	(1.176)
Saldo final	15.770	16.761
Saldos do passivo		
Saldo inicial	19.666	23.140
Atualização monetária provisionada	575	712
Pagamento	(4.935)	(4.186)
Saldo final	15.306	19.666
Passivo circulante	2.440	2.440
Passivo não circulante	12.866	17.226

Os compromissos do passivo não circulante, atualizados até 31 de dezembro de 2022, estão assim distribuídos:

2024	2.440
2025	2.440
2026	2.440
Após 2026	5.586
	12.866

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimento (Controladora)

Investida	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Controladas										
Elera Renováveis S.A. (**)	81,65%	100,00%	2.522.234	2.040.707	351.228	286.048	2.059.371	2.040.707	319.391	286.048
Total – Controladora					351.228	286.048	2.059.371	2.040.707	319.391	286.048
Não controladas										
Galera Centrais Elétricas S.A.	50,00%	50,00%	150.025	143.192	49.140	36.392	75.015	71.596	24.570	18.196
Rio Galera Energética S.A. (*)	50,00%	50,00%	4.724	4.731	(10)	81	-	-	-	-
Total – Consolidado					49.130	36.473	75.015	71.596	24.570	18.196

(*) Em dezembro de 2021, foi assinado o contrato de compra e vendas das ações de Rio Galera Energética S.A.

(**) Devido a incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A. em 03/10/2022, a Elera Renováveis Participações S.A. deixou de ter 100% de participação sobre o patrimônio líquido da Elera Renováveis S.A., uma vez que a Itisa Holding LLC (acionista da Itiquira) também passou a ter participação sobre o patrimônio líquido da Elera Renováveis S.A.

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controladas	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Reflexo Reavaliação Patrimonial Braúna em BER (nota 18.d)	Saldo em 2022
Elera Renováveis S.A.	2.040.707	319.391	(293.727)	(7.000)	2.059.371
Controladas	Saldo em 2020	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2021	
Elera Renováveis S.A.	2.004.344	286.048	(249.685)	2.040.707	

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos (Controladora)—Continuação

Principais informações sobre empresas controladas

	2022				2021			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Elera Renováveis S.A.	3.550.533	1.028.300	2.522.233	351.228	3.054.914	1.014.207	2.040.707	286.048

Movimentação do investimento em empresas não controladas

Investidas	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2022
Galera Centrais Elétricas S.A.	71.596	24.570	(21.151)	75.015
	71.596	24.570	(21.151)	75.015

Investidas	Saldo em 2020	Equivalência patrimonial	Dividendos	Redução de capital	Venda de participação em investida	Saldo em 2021
Galera Centrais Elétricas S.A.	71.432	18.196	(15.814)	(2.218)	-	71.596
Rio Galera Energética S.A.	2.300	-	-	-	(2.300)	-
	73.732	18.196	(15.814)	(2.218)	(2.300)	71.596

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos (Controladora)—Continuação

Principais informações sobre as empresas não controladas

	2022				2021			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Galera Centrais Elétricas S.A.	177.881	27.856	150.025	4.940	208.066	64.874	143.192	36.393
Rio Galera Energética S.A.	4.725	2	4.723	9	4.733	2	4.731	81

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado (Consolidado)

	Em serviço							Impairment	Mais Valia	Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento			
31 de dezembro de 2020	37.385	671.790	2.889.007	343.510	167.519	16.517	280.792	(2.408)	-	4.404.112
Adições	-	-	64.950	-	-	1.230	277.928	-	-	344.108
Adições sem efeito caixa (*)	-	-	-	-	-	-	26.384	-	-	26.384
Baixas (**)	-	(6.543)	(28.746)	-	(124)	(280)	(2.828)	-	-	(38.521)
Transferência do intangível	-	-	-	-	-	-	3.226	-	-	3.226
Transferências	-	19.860	106.019	3.281	98	(609)	(128.649)	-	-	-
31 de dezembro de 2021	37.385	685.107	3.031.230	346.791	167.493	16.858	456.853	(2.408)	-	4.739.309
Adições	-	-	-	-	-	1.412	112.099	-	-	113.511
Adições sem efeito caixa (*)	-	-	-	-	-	-	10.175	-	-	10.175
Baixas (**)	-	(14.637)	-	(381)	-	(228)	(1.503)	-	-	(16.749)
Incorporação	6.835	220.214	603.805	136.989	49.726	3.031	4.307	-	400.310	1.425.217
Transferências	13.139	54.205	258.249	143.385	210	(629)	(468.559)	-	-	-
31 de dezembro de 2022	57.359	944.889	3.893.284	626.784	217.429	20.444	113.372	(2.408)	400.310	6.271.463
31 de dezembro de 2020	(16.910)	(314.723)	(1.305.717)	(144.175)	(76.621)	-	-	-	-	(1.858.146)
Adições de depreciação	(786)	(29.722)	(52.118)	(7.548)	(4.181)	-	-	268	-	(94.087)
Baixas de depreciação	-	3.762	906	-	47	-	-	-	-	4.715
31 de dezembro de 2021	(17.696)	(340.683)	(1.356.929)	(151.723)	(80.755)	-	-	268	-	(1.947.518)
Adições de depreciação	(1.033)	(33.271)	(72.945)	(13.792)	(4.661)	-	-	225	(6.972)	(132.449)
Baixas de depreciação	-	7.986	-	245	-	-	-	-	-	8.231
Incorporação	(4.449)	(161.535)	(429.541)	(111.603)	(42.525)	-	-	-	(247.983)	(997.636)
31 de dezembro de 2022	(23.178)	(527.503)	(1.859.415)	(276.873)	(127.941)	-	-	493	(254.955)	(3.069.372)
Total em 31 de dezembro de 2021	19.689	344.424	1.674.301	195.068	86.738	16.858	456.853	(2.140)	-	2.791.791
Total em 31 de dezembro de 2022	34.181	417.386	2.033.869	349.911	89.488	20.444	113.372	(1.915)	145.355	3.202.091

(*) O montante de R\$10.175 em 31 de dezembro de 2022 e de R\$24.913 em 31 de dezembro de 2021 refere-se a capitalização de juros para conclusão da obra de São Luiz

(**) Durante o exercício de 2022, o montante da baixa refere-se principalmente à desmobilização dos escritórios regionais de R\$ 10.468

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

As controladas diretas e indiretas da Sociedade efetuaram a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2022 e 2021 e não julgaram necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras, transmissão e distribuição e outros. O imobilizado das controladas, ou seja, os ativos administrativos são depreciados a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade efetuaram a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2020 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos (das empresas, Barra do Brauna, Bela Vista, Caçador, Cavalinhos I, Cavalinhos II, Cotiporã, Campos de Cima da Serra, Linha Emília, Rio Pedrinho, Galera, São Geraldo, Rio Glória, Grapon, Itiquira, Lagoa Azul, Lumbrás, Pantanal, Rio Manhuaçu, Pezzi, Rio Pomba, Ponte Alta, Riachão, Salto Jaurú, Santa Ana, Salto Natal e Serra Negra).

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização ou concessão, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

b) Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), as controladas diretas e indiretas da Sociedade optaram durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens integrados do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 e em 1º de janeiro de 2010 de R\$ 1.783.654 e de R\$ 108.066, respectivamente, registrado no ativo imobilizado consolidado. Nos saldos do imobilizado da controladora são considerados o imobilizado administrativo e não foi efetuado ajuste por valores atribuídos para este imobilizado, pelo fato desses ativos já estarem registrados pelo seu valor justo.

Devido a incorporação da Itiquira Energética S.A. a Elera Renováveis S.A. teve incorporado ao seu imobilizado os valores dos custos atribuídos que foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 372.325 registrado no ativo imobilizado da Itiquira. O saldo líquido incorporado pela Elera Renováveis S.A. R\$ 61.237.

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade analisaram o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2022, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis, exceto para uma de suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2020, na controlada indireta Água Clara, a perda de R\$ 2.408 por redução ao valor recuperável foi representada pela redução no valor contábil dos ativos de geração ao seu respectivo valor recuperável. Os efeitos desta perda foram refletidos nas outras despesas operacionais da controlada.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

d) Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, utilizando os preceitos de reconhecimento de Ativo não financeiro reconhecido ao valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, as controladas da Sociedade determinaram o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, conforme quadro abaixo. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

d) Extensão de outorga--Continuação

A mensuração deste ativo não financeiro, é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Em 12 de julho de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas de suas controladas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Conseqüentemente, em setembro de 2021 as suas controladas reconheceram o montante adicional da tabela abaixo de R\$ 64.950, bem como extensão de listada na tabela abaixo, conforme divulgado pela CCEE.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

Empresa	Extensão Outorga R\$	Extensão Outorga (meses)
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	12.229	58
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	11.105	45
Energética Rio Pedrinho Ltda.	6.495	49
Energética Salto Natal S.A.	6.041	47
Lumbrás Energética S.A.	12.815	63
Pezzi Energética S.A.	7.350	79
Riachão Energética Ltda.	7.355	39
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	3.648	54
Rio Pomba Energética Ltda.	4.614	33
Salto Juru Energética S.A.	10.555	65
São Geraldo Energética Ltda.	6.211	66
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	2.458	23
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	10.672	155
Rio Glória Energética Ltda.	7.471	37
Água Clara Energética S.A.	554	17
Elera Renováveis Minas Gerais S.A.	1.441	15
Barra do Braúna Energética S.A.	10.424	33
Caçador Energética S.A.	5.884	17
Cotiporã Energética S.A.	5.584	17
Linha Emília Energética S.A.	5.858	17
Lagoa Azul Energética S.A.	5.927	17
Serra Negra Energética S.A.	4.917	17
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	12.229	58
	161.837	

Devido a incorporação da Itiquira, a Elera Renováveis S.A. reconheceu no seu imobilizado a extensão da outorga da Itiquira e de suas antigas controladas:

Empresa	Extensão Outorga R\$	Extensão Outorga (meses)
Bela Vista Energética Ltda.	10.744	34
Pantanal Energética Ltda.	9.898	14
Itiquira Energética S.A.	80.355	18
Total	100.997	

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Ativo financeiro

Com base nas características estabelecidas no contrato de Concessão 39/1999 e Portaria nº 2/1996, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível, em virtude de a sua recuperação estar condicionada à prestação do serviço público (vendas de energia).

A infraestrutura construída da atividade de geração de energia, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Sociedade é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte referente à venda de energia elétrica para seus clientes (emissão do faturamento mensal da medição de energia) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Movimentação do ativo financeiro:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	28.186	35.841
Atualização monetária da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	724	605
Recebimento de parcela da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	(12.931)	(7.400)
Baixas de ativo financeiro	-	(860)
Total	<u>15.979</u>	<u>28.186</u>

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Consolidado)

	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações obras civis Benfeitorias	Transmissão e distribuição	Bens em andamento	Estoque fixo	Total Intangível ZMT IFRIC 12	Direito de exploração e concessão	Estudos e projetos	Extensão de outorga	Contrato de cessão onerosa	Total
31 de dezembro de 2020	10.881	7.937	10.913	10	814	471	31.026	158.823	14.353	2.322	57.525	264.049
Adições	-	5.888	-	-	1.736	223	7.847	-	1.036	-	-	8.883
Baixas	(317)	-	-	-	-	-	(317)	-	(5.251)	-	-	(5.568)
Transferências	16	274	607	-	(897)	-	-	-	-	-	-	-
Transferência do intangível (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.226)	-	-	(3.226)
31 de dezembro de 2021	10.580	14.099	11.520	10	1.653	694	38.556	158.823	6.912	2.322	57.525	264.138
Adições	-	-	-	-	913	120	1.033	-	529	-	-	1.562
Baixas	-	-	-	-	(2)	(3)	(5)	-	(264)	-	-	(269)
Transferências	301	1	(12)	-	(290)	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2022	10.881	14.100	11.508	10	2.274	811	39.584	158.823	7.177	2.322	57.525	265.431
31 de dezembro de 2020	(7.120)	(5.397)	(8.314)	(6)	-	-	(20.837)	(103.066)	-	(160)	(28.070)	(152.133)
Adições de amortização	(422)	(374)	(426)	-	-	-	(1.222)	(4.944)	-	-	(3.305)	(9.471)
Baixas de amortização	162	-	-	-	-	-	162	-	-	-	-	162
31 de dezembro de 2021	(7.380)	(5.771)	(8.740)	(6)	-	-	(21.897)	(108.010)	-	(160)	(31.375)	(161.442)
Adições de amortização	(432)	(747)	(407)	-	-	-	(1.586)	(4.364)	-	-	(3.292)	(9.242)
31 de dezembro de 2022	(7.812)	(6.518)	(9.147)	(6)	-	-	(23.483)	(112.374)	-	(160)	(34.667)	(170.684)
Total em:												
31 de dezembro de 2021	3.200	8.328	2.780	4	1.653	694	16.659	50.813	6.912	2.162	26.150	102.696
Total em 31 de dezembro de 2022	3.069	7.582	2.361	4	2.274	811	16.101	46.449	7.177	2.162	22.858	94.747

(*) Durante o exercício de 2021 partes dos saldos registrados como ativo intangível foram transferidos para o imobilizado.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Consolidado)--Continuação

Em 11 de julho de 2007, nas controladas indiretas Rio Pomba Energética Ltda. ("Pomba"), Rio Manhuaçu Energética Ltda. ("Manhuaçu"), Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda. ("Grapon") e São Geraldo Energética Ltda. ("Geraldo"), foram firmados contratos de cessão onerosa de direitos de comercialização de energia elétrica entre a Elera Renováveis S.A. e a Cat-Leo Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., com a interveniência da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., por meio do qual foi manifestada a intenção de implementar redução dos montantes de energia contratados nos termos do CCVEE (contrato de compra e venda de energia elétrica) mantido com a CFLCL.

A parte do preço de cessão cabível as controladas foi estabelecida por meio do acordo sobre a vinculação de pagamento do preço de cessão onerosa de direitos e do termo de compromisso de redução da energia contratada assinados entre as controladas e a CFLCL, sendo registrado como ativo intangível nas controladas o montante de R\$ 9.769 (Pomba), R\$ 6.091 (Manhuaçu), R\$ 19.916 (Grapon) R\$ 10.039 (Gerald), equivalente respectivamente, à descontração de 7,25 MW (Pomba), 4,52MW (Manhuaçu) e 22,23 MW (Grapon) médios de energia. Esse ativo iniciou sua amortização em 1º de janeiro de 2016 até dezembro de 2029 (Pomba) e a partir de março de 2013 até dezembro de 2029 (Manhuaçu) de acordo com o período de autorização das PCHs cuja energia será descontraada. Em 30 de agosto de 2010 foi celebrado primeiro termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica aditado e consolidado entre Elera Renováveis S.A. e Energisa Minas Gerais Distribuidor de Energia S.A., alterando a data de suprimento de energia a ser descontraada de 1º de janeiro de 2011 para 1º de janeiro de 2016, conforme 1º aditivo ao termo de compromisso de redução de energia contratada para a controlada Rio Pomba Energética Ltda.

Para a controlada indireta Grapon até 31 de dezembro de 2010, foram firmados diversos contratos para a venda dos 22,23 MW médio de energia. Esse ativo iniciou sua amortização em 1º de janeiro de 2010 e tem data prevista de encerramento em dezembro de 2029, de acordo com o período de descontração firmado em contrato.

Em agosto de 2012, a Rede Comercializadora de Energia S.A. e a controlada indireta Brookfield Energia Comercializadora Ltda. ("BET") assinaram um instrumento de cessão onerosa de direitos por força do qual a Rede Comercializadora de Energia S.A. cedeu à BET os direitos e obrigações de que era titular, perante a Salto Jaurú Energética S.A. ("SAJESA"), em contrapartida da liquidação de seu contas a pagar de energia elétrica.

De acordo com o termo de entendimentos iniciais, a SAJESA ficava obrigada a pagar à Rede Comercializadora de Energia S.A. valores de comissões incidentes sobre diferenças de valores entre a venda de energia no mercado livre e o preço pelo qual a energia seria vendida à CEMAT.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Consolidado)--Continuação

Por força desse instrumento de cessão onerosa, as obrigações de pagamento que a SAJESA tinha com a Rede Comercializadora de Energia S.A foram transferidos para a BET.

A amortização deste intangível (registrado originalmente no montante de R\$ 11.710) ocorre com base no recebimento da comissão previamente citada, liquidadas de impostos, e impactado pelos montantes de energia negociados.

A Sociedade analisou o valor contábil do ativo intangível e nenhuma provisão para perda do seu valor recuperável foi requerida para as controladas supracitadas.

Ágio pago quando da aquisição das controladas indiretas Zona da Mata e Lumbrás, decorrente do direito de exploração delegado pelo Poder Público, está sendo amortizado pelo prazo de concessão da ANEEL, descontado o tempo decorrido até o início das operações de geração de energia.

A controlada indireta Riachão Energética Ltda., aderiu a repactuação do risco hidrológico através do despacho nº 55 de 13 de janeiro de 2016, alterando o prazo de extensão da outorga de 5 de abril de 2031 para 2 de maio de 2032.

Desta forma, o saldo remanescente da repactuação, após o término da vigência do contrato repactuado, foi realocado para o Grupo do Ativo Intangível da Sociedade e será amortizado de forma linear até o final do prazo da outorga.

Extensão de outorga – Zona da Mata

A Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Consequentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu o valor de R\$ 5.888, bem como extensão de 25 meses na sua respectiva outorga.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Consolidado)--Continuação

Extensão de outorga – Zona da Mata—Continuação

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Arrendamento (Consolidado)

A composição dos arrendamentos é a seguinte:

Movimentação do consolidado

Custo	Edificações	Equipamentos	Total
31 de dezembro de 2020	26.928	3.612	30.540
Adições	743	5.110	5.853
31 de dezembro de 2021	27.671	8.722	36.393
Adições	27.183	5.485	32.668
Baixas	(27.671)	(2.892)	(30.563)
Incorporação Itiquira	-	778	778
Incorporação Pantanal	-	345	345
Incorporação Bela Vista	-	334	334
31 de dezembro de 2022	27.183	12.772	39.955
Depreciação			
31 de dezembro de 2020	(8.709)	(1.204)	(9.913)
Adições de depreciação (*)	(4.828)	(2.139)	(6.967)
31 de dezembro de 2021	(13.537)	(3.343)	(16.880)
Adições de depreciação (*)	(5.160)	(3.125)	(8.285)
Baixas de depreciação	14.687	738	15.425
Incorporação Itiquira	-	(270)	(270)
Incorporação Pantanal	-	(118)	(118)
Incorporação Bela Vista	-	(114)	(114)
31 de dezembro de 2022	(4.010)	(6.232)	(10.242)
Total em 31 de dezembro de 2021	14.134	5.379	19.513
Total em 31 de dezembro de 2022	23.173	6.540	29.713

(*) O direito de uso dos contratos é amortizado de acordo com o período de vigência dos contratos. Para edificações no Rio de Janeiro são 80 meses, em Mato Grosso são 20 meses e Mato Grosso do Sul são 50 meses. Para equipamentos são 35 meses (locação de frota veicular).

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados as outorgas das controladas.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Arrendamento (Consolidado)--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de arrendamento são como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Valor nominal dos pagamentos futuros	40.112	24.926
Ajuste a valor presente	(7.741)	(2.777)
	32.371	22.149
Passivo circulante	8.644	7.106
Passivo não circulante	23.727	15.043

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	22.149	22.142
Adições	32.668	5.853
Pagamento	(9.671)	(7.583)
Baixas	(17.055)	-
Incorporação Itiquira (*)	591	-
Incorporação Pantanal (*)	267	-
Incorporação Boa Vista (*)	256	-
Juros sobre arrendamento	3.166	1.737
Saldo final	32.371	22.149

(*) Reconhecimento inicial de leasing após reorganização.

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas por suas controladas para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2024	8.644
2025	8.643
2026	6.440
	23.727

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	-	-	2.730	5.110
Fornecedores	2	33	66.308	79.272
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	11.974	2.062
Contas a pagar – partes relacionadas	-	8	44.912	39.367
Seguros	-	-	533	330
Total	2	41	126.457	126.141

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Credor	Modalidade	Encargos	Sociedade	Consolidado			
				2022		2021	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional							
Banco do Brasil	Debêntures	100% do CDI + 1,3%	BER	2.692	400.000	-	-
Banco Itaú (****)	Debêntures	100% do CDI + 2,9%aa	BER	70.653	152.001	-	-
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,51% a.a.	Pezzi	5.352	28.277	5.320	33.260
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,51% a.a.	Serra dos Cavalinhos II	8.029	42.133	7.983	49.613
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,18% a.a.	Serra dos Cavalinhos I	7.826	101.127	7.760	107.774
Banco Itaú	2ª emissão debêntures	100% do CDI + 1,9%aa	BER	-	-	-	400.958
BNDES	BNDES automático	IPCA + 3,89% a.a	SLUIZ	14.041	203.502	14.189	198.525
ITIQUIRA	Partes relacionadas	Sob demanda	BER	-	-	282.318	-
GACEL	Partes relacionadas	Sob demanda	BER	-	6.732	-	6.732
BP Brazil US Subco	Partes relacionadas	Sob demanda	BER	-	-	-	125.000
				108.593	933.772	317.570	921.862
	Despesa de contratação (**)		SLUIZ	(2)	(118)	-	-
	Despesa de contratação (**)		Serra dos Cavalinhos I	-	(1.950)	-	(2.071)
	Despesa de contratação (***)		BER	(1.016)	(3.290)	(234)	(2.494)
Total				107.575	928.414	317.336	917.297

(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

(**) Refere-se a gastos com comissões em favor do BNDES necessários para liberação do financiamento.

(***) Refere-se ao custo de estruturação da operação devido ao banco, necessário para a emissão das debêntures.

(****) A dívida acima é oriunda da Itiquira Energética S.A. que foi incorporada em outubro de 2022.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	1.234.633	886.026
Captação	6.532	587.551
Juros capitalizados	10.175	24.913
Juros provisionados	125.301	48.038
Exclusão por Incorporação	(318.731)	-
Incorporação - Itiquira	272.268	-
Amortização – principal	(193.104)	(280.687)
Pagamento – juros	(99.509)	(29.203)
IOF provisionado	-	5
	1.037.565	1.236.643
Despesa de Contratação - Incorporação Itiquira	(2.240)	-
Despesa de contratação	664	(2.010)
Saldo final	1.035.989	1.234.633

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor é composto por principal e juros, e é amortizado mensalmente, tendo os contratos como vencimento as datas demonstradas abaixo:

Devedor	Credor	Vencimento
Pezzi	BNDES	15 de setembro de 2029
Serra dos Cavalinhos II	BNDES	15 de setembro de 2029
Serra dos Cavalinhos I	BNDES	15 de setembro de 2037
São Luiz	BNDES	15 de novembro de 2038
BER	Itaú	15 de dezembro de 2028

Em 03 de outubro de 2022 houve a incorporação da Sociedade Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A.

No dia 01 de novembro de 2022 houve a incorporação da Sociedade Barra do Braúna Energética S.A pela Elera Renováveis S.A., esta não possuía dívida.

Em 29 de dezembro de 2021, a Sociedade liquidou a operação emitida em 14 de dezembro de 2018 composta por 25 mil debêntures públicas não conversíveis em ações no valor de R\$250 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$10 mil reais. Essas debêntures eram remuneradas a 113,4% do CDI com vencimento em 11 de setembro de 2023 e com pagamentos de juros semestrais.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Em 23 de dezembro de 2021, a Sociedade efetuou a segunda emissão de debêntures, composta por 400 mil debêntures públicas não conversíveis em ações no valor de R\$400 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$1 mil reais. Essas debêntures são remuneradas a 100% do CDI acrescida da taxa de 1,30% a.a., com vencimento em 15 de dezembro de 2028 amortizado em parcela única na data do vencimento.

Em 23 de dezembro de 2020, a Itiquira Energética S.A. emitiu 330.000 mil debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 330 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil reais. Essas debêntures são remuneradas a CDI + 2,9% a.a. com vencimento em 15 de junho de 2027 e com pagamentos de juros e principal semestrais. Com a incorporação esta dívida passa a ser controlada pela Elera Renováveis S.A.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2022, têm os seguintes vencimentos:

	<u>Consolidado</u>
Ano	
2024	86.167
2025	89.167
2026	63.167
2027	50.167
Após 2027	639.746
Total	928.414

Garantias e covenants Banco Itaú:

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção pela Sociedade do índice financeiro Geração de Caixa da Atividade dividido pelo EBITDA da Sociedade, que deverá ser inferior a 3,0 vezes, e pelo ICSD, que deverá ser inferior a 1,2 vezes, as qual foram atendidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não existiram cláusulas restritivas em default na controladora e nas controladas sem a devida anuência das respectivas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2021. As garantias são alienação fiduciária das ações, Cachoeira Escura, Bela Vista e Pantanal.

Garantias e covenants Banco do Brasil:

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção pela Sociedade do índice financeiro do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA da Sociedade, que deverá ser inferior a 4,5 vezes, o qual foi atendido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Há ainda, no âmbito da escritura das debêntures, cessão fiduciária dos dividendos recebidos, através de conta corrente constituída para este fim. Não existiram cláusulas restritivas em default na controladora sem a devida anuência das respectivas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Garantias e covenants BNDES

A Elera Renováveis S.A. é a interveniente no contrato de empréstimo entre a São Luiz Energética S.A. e o BNDES. Não há cláusulas de covenants. As Sociedades CAVAL1, CAVAL2, PEZZI estão sujeitas a cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, manutenção do saldo mínimo das contas de reserva de serviço da dívida e de O&M (Nota 8) e a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (debt-covenants), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as partes envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Os saldos de contingências prováveis estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Riscos cíveis (a)	7.057	5.534
Riscos trabalhistas (b)	802	633
Riscos ambientais (c)	23	-
Riscos tributários (d)	10.073	-
Total	17.955	6.167

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela administração:

	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total
31 de dezembro de 2020	4.350	656	-	-	5.006
Adição	13	240	-	-	253
Atualização	1.246	298	-	-	1.544
Baixa	(75)	(561)	-	-	(636)
31 de dezembro de 2021	5.534	633	-	-	6.167
Adição	682	179	23	10.073	10.957
Atualização	879	165	-	-	1.044
Baixa	(38)	(175)	-	-	(213)
31 de dezembro de 2022	7.057	802	23	10.073	17.955

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

A controlada direta Elera Renováveis S.A. e suas controladas indiretas, em 31 de dezembro de 2022, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis as quais foram provisionadas:

a) Provisão para riscos cíveis

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2022, existem provisões para contingências contabilizadas pela Sociedade, classificadas como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 4.504 (R\$ 3.278 em 31 de dezembro de 2021) referente a: (i) uma ação de desapropriação proposta pela Elera, no montante de R\$ 3.829; (ii) uma ação indenizatória em face de Elera, no montante de R\$ 541; (iii) uma ação de desapropriação proposta pela Itiquira, incorporada em 03/10/2022, no montante de R\$ 134.

Nas demais controladas indiretas da Sociedade

Linha Emília

Em 31 de dezembro de 2022 existem provisões para contingências contabilizadas pela Sociedade, classificadas como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 760 (R\$ 658 em 31 de dezembro de 2021). referente a duas ações de servidão administrativa.

Lumbrás Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existe processo judicial cível, classificado como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 1.017 (R\$ 916 em 31 de dezembro de 2021), referente a servidão administrativa.

Salto Jauru Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existe processo judicial cível, classificado como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 766 (R\$ 676 em 31 de dezembro de 2021) referente a uma ação de desapropriação.

Pezzi Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existe processo judicial cível, classificado como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 3 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2021) referente a uma ação de desapropriação.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

São Geraldo Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe processo administrativo cível, classificado como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 5 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), refere-se a um auto de infração lavrado pelo CREA/MG.

b) Provisão para riscos trabalhistas

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2022, existem ações judiciais trabalhistas, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, no montante de R\$ 747 (R\$ 592 em 31 de dezembro de 2021), referente a: (i) 7 reclamações trabalhistas em face de Elera, no montante de R\$ 724; (ii) uma reclamação trabalhista em face de Itiquira, incorporada em 03/10/2022, no montante de R\$ 23.

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma ação trabalhista classificada pelos nossos Assessores Jurídicos como perda provável, no montante de R\$ 8 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2021).

Energética Rio Pedrinho

Em 31 de dezembro de 2022 existem processos judiciais classificados como perda provável, no montante de R\$ 47 (R\$ 41 em 31 de dezembro de 2021), referente a uma Reclamação Trabalhista.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

- c) Provisão para riscos ambientais

Serra dos Cavalinhos II Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma contingência classificada como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 23 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

- d) Provisão para riscos tributários

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2022, há uma execução fiscal classificadas pelos nossos Assessores Jurídicos como perda provável, no montante de R\$ 10.073 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021). A ação era direcionada à empresa Itiquira Energética S.A, incorporada pela Elera Renováveis em 03/10/2022, contudo o valor do débito em questão encontra-se consignado em juízo mediante depósito judicial. Que também foi registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como parte da reorganização societária.

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	Consolidado	
	2022	2021
Riscos cíveis (a)	374.635	86.315
Riscos trabalhistas (b)	3.044	1.538
Ambiental (c)	4.080	100495
Admin./Judic. tributário (d)	62.422	8.598
Total	444.181	196.946

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

(a) Ações cíveis

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2022 existem processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 96.937 (R\$ 35.039 em 31 de dezembro de 2021), referente a (i) vinte e uma ações indenizatórias em face de Elera, no montante de R\$ 47.954; (ii) quatorze ações indenizatórias em face de Barra do Braúna, incorporada pela Elera em 01/11/2022, além de um mandado de segurança impetrado em face da ANEEL, no montante de R\$ 4.440; (iii), uma demanda regulatória ajuizada por Itiquira Energética S.A, incorporada pela Elera Renováveis em 03/10/2022, no montante de R\$ 39.393.

Brookfield Energia Comercializadora

Em 31 de dezembro de 2022 existe processo cível, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 55 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma ação indenizatória.

Salto Jauru Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existem 3 processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante total de R\$ 37.352 (R\$ 34.835 em 31 de dezembro de 2021), referente a (i) uma ação indenizatória cumulada com pedido de obrigação de fazer proposta por 50 autores contra 6 empreendedores de geração de energia com operação na bacia do Rio Jauru, (ii) uma ação monitoria; e (iii) Uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso, sem valor associado no momento.

São Luiz Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existem quatro processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante total de R\$ 11.700 (R\$ 8.677 em 31 de dezembro de 2021), referente a três ações indenizatórias e uma Tutela Cautelar para suspender os efeitos de protesto realizado indevidamente.

Zona da Mata Geração

Em 31 de dezembro de 2022 existe um processo cível, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 286 (R\$ 240 em 31 de dezembro de 2022), referente a uma ação demarcatória e uma regulatória.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

(b) Ações trabalhistas

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2022 existem processos, classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 3.007 (R\$1.538 em 31 de dezembro de 2021), referente a: (i) três reclamações trabalhistas em face de Elera, no montante de R\$ 1.738; (ii) três reclamações trabalhistas em face de Itiquira, incorporada em 02/10/2022, no montante de R\$ 1.269.

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existe processo, classificado como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 37 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma reclamação trabalhista.

(c) Ações ambientais

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2022 existem processos classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 2.006, referente a: (i) três autuações administrativas ambientais em face de Elera, no montante de R\$ 27; (ii) uma autuação administrativa ambiental em face de Itiquira, no montante de R\$ 1.878, incorporada por Elera em 02/10/2022; (iii) três autuações ambientais em face de Barra do Braúna, incorporada por Elera, em 01/11/2022, no montante de R\$ 101.

Caçador Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma contingência classificada como perda possível, no montante de R\$ 4 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

Descrição das principais contingências avaliadas como possíveis--Continuação

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma contingência classificada como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 100 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Água Clara Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma contingência classificada como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 18 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Pezzi Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma contingência classificada como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 4 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Energética Ponte Alta

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma contingência classificada como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 5 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

São Geraldo Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma contingência classificada como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 16 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

Descrição das principais contingências avaliadas como possíveis--Continuação

Zona da Mata Geração

Em 31 de dezembro de 2022 existem processos ambientais, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 1.927 (R\$ 495 em 31 de dezembro de 2021), referentes a cinco autos de infração e dez indenizatórias. Constam, ainda, três ações ajuizadas em 2021 pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais avaliada pelos assessores legais como perda possível, porém sem valor associado no momento.

(d) Administrativas e tributárias

Elera Renováveis

Em 31 de dezembro de 2022 existe uma ação judicial tributária classificada como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 52.012 (R\$ 237 em 31 de dezembro de 2021), referente a: (i) cinco autos de infração em face de Itiquira incorporada pela Elera Renováveis em 03/10/2022, no montante de R\$ 41.310; (ii) duas ações de compensação proposta por Itiquira, no montante de R\$ 1.796; (iii) uma ação anulatória em face de Elera, no montante de R\$ 282; (iv) uma ação anulatória em face de Itiquira, no montante de R\$ 444; e (v) duas execuções fiscais em face de Itiquira, no montante de R\$ 8.180.

Caçador Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existe um processo administrativo tributário, classificado como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 407 (R\$ 356 em 31 de dezembro de 2021), referente a um pedido de compensação.

Cotiporã Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existem dois processos administrativos tributários classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 347 (R\$ 303 em 31 de dezembro de 2021) referente a pedidos de compensação.

Lumbrás Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 161 (R\$ 140 em 31 de dezembro de 2021) referente a pedido de compensação.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

Descrição das principais contingências avaliadas como possíveis--Continuação

Energética Campos de Cima da Serra

Em 31 de dezembro de 2022 existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 126 (R\$ 110 em 31 de dezembro de 2021) referente a pedido de compensação.

Elera Renováveis Minas Gerais

Em 31 de dezembro de 2022 existem processos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 591 (R\$ 2.012 em 31 de dezembro de 2021) referentes a duas execuções fiscais e um processo administrativo relativo a um lançamento tributário.

Energética Rio Pedrinho

Em 31 de dezembro de 2022, existem dois processos administrativos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 912 (R\$ 799 em 31 de dezembro de 2021), referente a pedidos de compensação.

Salto Jauru Energética

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui uma ação anulatória de lançamento tributário, classificada como probabilidade de perda possível, no montante total de R\$ 334 (R\$ 291 em 31 de dezembro de 2021).

Centrais Hidrelétricas Grapon

Em 31 de dezembro de 2022 existem seis processos administrativos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 1.905 (R\$ 1.752 em 31 de dezembro de 2021), referentes a pedidos de compensações tributárias.

Rio Pomba Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existem três processos administrativos tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 840 (R\$ 735 em 31 de dezembro de 2021), referente a pedidos de compensação.

Riachão Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 211 (R\$ 184 em 31 de dezembro de 2021) referente a pedido de compensação.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para contingências--Continuação

Descrição das principais contingências avaliadas como possíveis--Continuação

Energética Salto Natal

Em 31 de dezembro de 2022 existe um processo tributário, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 2.099 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021) referente a uma ação anulatória.

São Luiz Energética

Em 31 de dezembro de 2022, existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais, no montante total de R\$ 982 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2021), referente a um auto de infração.

Energética Ponte Alta

Em 31 de dezembro de 2022 existe um processo tributário administrativo, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 149 (R\$ 130 em 31 de dezembro de 2021), referente a pedido de compensação.

Rio Glória Energética

Em 31 de dezembro de 2022 existem dois processos tributários administrativos, classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 906 (R\$ 793 em 31 de dezembro de 2021), referentes a pedidos de compensação.

Zona da Mata Geração

Em 31 de dezembro de 2022 existem processos tributários, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 440 (R\$ 325 em 31 de dezembro de 2021), referentes a três pedidos de compensação.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 901.439, dividido em 1.060.902.576 (um bilhão, sessenta milhões, novecentas e duas mil e quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado das controladas diretas e indiretas da Sociedade realizada em 1º de janeiro de 2009, em acordo com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Os valores serão transferidos a conta de "Lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado será depreciado e o Imposto de Renda e Contribuição Social apropriado ao resultado.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

c) Ajuste de avaliação patrimonial--Continuação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2019 e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos. O aumento da vida útil também foi refletido no ajuste de avaliação patrimonial na mesma proporção de forma que a vida útil remanescente depreciável finalize dentro do mesmo período.

A Sociedade registrou R\$ 8.574, sendo R\$ 7.000 referente a parcela do acionista controlador e o restante, referente a parcela do acionista não controlador Itisa R\$ 1.574, sendo este de acordo com a participação após a reestruturação societária, uma vez que os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado de Barra do Braúna realizada em 1º de janeiro de 2009, em acordo com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados ao patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial", e devido a reorganização societária a reavaliação de Barra do Brauna possui a configurar uma diferença temporária para fins de apuração de impostos de rendas diferidos, e conseqüentemente a Sociedade reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferida passivo, sobre o ativo reavaliado, tendo seu impacto registrado no patrimônio líquido. Anteriormente a reorganização societária e incorporação da Brauna, o imposto de renda e contribuição social não eram reconhecidos em função da Barra do Braúna ser optante do regime de tributação do lucro presumido.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Em 23 de março de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 208.009.

Em 23 de dezembro de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2021 no valor de R\$ 11.921.

Em 23 de dezembro de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 98.079.

Em 22 de junho de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos complementares referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 78.296.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

e) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o resultado pela quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Sociedade não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Número de ações ordinárias no início do exercício (em milhares)	1.060.903	1.060.903	1.060.903	1.060.903
Número de ações ordinárias no término do exercício (em milhares)	1.060.903	1.060.903	1.060.903	1.060.903
Lucro líquido do exercício	318.826	285.103	358.997	296.200
Número médio ponderado das ações no exercício	1.060.903	1.060.903	1.060.903	1.060.903
Lucro básico por ação – em reais	0.30	0.27	0.34	0.28
Lucro diluído por ação – em reais	0.30	0.27	0.34	0.28

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Participação dos acionistas não controladores

2022

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
Elera Renováveis S.A.	18,35%	2.522.233	351.228	462.862	31.837
Serra Negra Energética S.A.	30,00%	54.649	22.837	16.395	6.851
Salto Jauru Energética S.A.	23,92%	71.167	6.204	17.020	1.483
Total				496.277	40.171

(**) Devido a incorporação de Itiquira Energética S.A. pela Elera Renováveis S.A. em 03/10/2022, a Itisa Holding LLC (acionista da Itiquira) passou a ter participação sobre o patrimônio líquido da Elera Renováveis S.A.

2021

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
Serra Negra Energética S.A.	30,00%	64.061	34.265	19.225	10.287
Salto Jauru Energética S.A.	23,92%	70.346	3.389	16.817	810
Total				36.042	11.097

Movimentação dos acionistas não controladores:

2022

	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Incorporação Itiquira	Impostos sobre	Saldo 2022
					Reavaliação Positiva	
Elera Renováveis S.A.	-	31.837	(16.682)	449.281	(1.574)	462.862
Serra Negra Energética S.A.	19.225	6.851	(9.681)	-	-	16.395
Salto Jaurú Energética S.A.	16.817	1.483	(1.280)	-	-	17.020
	36.042	40.171	(27.643)	449.281	(1.574)	496.277

2021

	Saldo em 2020	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 2021
Serra Negra Energética S.A.	18.184	10.287	(9.246)	19.225
Salto Jaurú Energética S.A.	19.797	810	(3.790)	16.817
	37.981	11.097	(13.036)	36.042

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita operacional líquida (Consolidado)

	Consolidado	
	2022	2021
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	1.293.579	1.171.898
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	337.502	222.533
Venda de energia elétrica - comercialização	99.475	109.818
Resultado com MRE e CCEE (*)	52.571	282.721
Taxa de administração	2.762	-
Serviços de operação e manutenção - partes relacionadas	12.225	14.500
Serviços de administração - partes relacionadas	13.556	10.572
	1.811.670	1.812.042
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	(79.568)	(58.429)
PIS	(38.725)	(47.665)
COFINS	(178.421)	(219.595)
ISS	(1.969)	(1.922)
Receita operacional líquida	1.512.987	1.484.431

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo do serviço de energia elétrica				
Compra de energia elétrica	-	-	185.314	370.707
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	-	-	561.484	396.249
Compra de energia elétrica – Comercialização	-	-	91.273	137.089
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	-	-	(182.020)	(92.287)
Royalties ANEEL	-	-	27.317	16.306
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	41	61
	-	-	683.409	828.125
Custo com a operação				
Impostos, licenças e taxas	-	-	2.372	1.772
Comissão de venda	-	-	-	128
Viagens	-	-	2.534	1.998
Serviços de terceiros	-	-	33.072	28.447
Seguros	-	-	25.764	20.573
Pessoal	-	-	61.590	65.575
Depreciação e amortização	-	-	121.399	95.549
Manutenção	-	-	4.718	5.465
MRE/CCEE (*)	-	-	31.665	(73.830)
Telecomunicações	-	-	3.945	5.114
Aluguéis e utilidades	-	-	199	376
Promoção e publicidade	-	-	176	243
Doações	-	-	156	12
Outros	-	-	3.723	4.792
	-	-	291.313	156.214
Total do custo de geração de energia	-	-	974.722	984.339
Despesas gerais e administrativas				
Impostos, licenças e taxas	4	-	9.014	6.530
Viagens	-	-	2.244	634
Serviços de terceiros	449	485	28.168	22.074
Seguros	-	-	211	187
Pessoal	79	35	85.164	76.889
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	566	604
Depreciação e amortização	-	-	29.565	16.156
Manutenção	-	-	274	175
MRE/CCEE (**)	-	-	12	-
Taxa de administração	-	-	-	3.683
Telecomunicações	-	-	136	169
Royalties ANEEL	-	-	10	4
Aluguéis e utilidades	-	-	4.549	3.116
Promoção e publicidade	32	44	1.946	1.222
Rateio de despesas (*)	-	-	(10.927)	(13.030)
Doações	-	-	201	108
Outros	-	-	1.902	2.212
Total das despesas gerais e administrativas	564	564	153.035	120.733
Total de custos e despesas gerais e administrativas	564	564	1.127.757	1.105.072

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Nessa rubrica foi registrado recuperação de R\$ 70.838 em 31 de dezembro de 2021 devido ao registro da extensão de outorga do GSF.

(**) A BER possui comum acordo com suas controladas, contrato de compartilhamento das despesas efetivamente incorridas e pagas em benefício e interesse do grupo. As despesas são controladas gerencialmente por departamento através de centros de custos específicos e são considerados para fins dos critérios de rateio e reembolso, percentuais de alocação de despesas com base na efetiva utilização, ocorrência e esforço de cada um dos departamentos.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras receitas e despesas operacionais

	Consolidado	
	2022	2021
Receita por indenização de seguro (*)	584	37.117
Multas e juros sobre tributos	(519)	(303)
Perda na venda de ativos	(1.051)	(24.255)
Baixa e atualização de projetos	(6.800)	(7.969)
Indenização usinas de ZMT - Neblina e Sinceridade (nota 8)	79.221	-
Outros	(10.874)	(3.861)
Total	60.561	729

(*) Durante o exercício de 2021, o principal saldo registrado nessa rubrica se deve a Energética Campos de Cima da Serra Ltda. que teve o reembolso devido ao sinistro ocorrido, com isso a indenização de danos materiais foi um total de R\$36.016.

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	19.776	23.418
Variação monetária e cambiais, líquidas	-	-	118	406
Resultado instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	-	14.534	-
Atualização monetária sobre indenização de Neblina, Ervália e Coronel Domiciano (Nota 13)	-	-	726	605
Juros sobre mútuos	-	-	479	200
Outros	-	-	689	8
Total	-	-	36.322	24.637
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	125.301	48.038
Juros sobre arrendamento	-	-	3.166	1.737
Resultado instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	-	-	9.499
Despesas com letras de crédito	-	-	617	534
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	728	763
Multas e encargos sobre empréstimos	1	-	286	472
Atualização de contingências	-	-	1.146	1.274
Imposto sobre operações financeiras	-	381	4.005	3.549
Despesas com juros e descontos concedidos	-	-	45	31.750
Correção monetária UBP	-	-	237	372
Total	1	381	135.531	97.988

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2022	2021
Corrente		
Imposto de renda	20.752	19.018
Contribuição social	10.515	9.924
Total do imposto corrente	31.267	28.942
Diferido		
Imposto de renda	(14.228)	(154)
Contribuição social	(4.884)	(55)
Total do imposto diferido	(19.112)	(209)
Total com despesas de impostos	12.155	28.733

Em 31 de dezembro de 2022, a ELERA possuía imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre a base negativa, acumulados, no montante de R\$ 415.258 (R\$ 345.610 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente. O total da base negativa e prejuízo fiscal em 2022 e 2021 são de R\$ 1.221.348 e R\$ 1.016.500.

Os saldos patrimoniais de impostos de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir os saldos do consolidado:

	Consolidado	
	2022	2021
Tributos diferidos		
Prejuízos fiscais e base negativa	10.427	-
Arrendamentos	651	-
PLR	6.884	-
Cont. Tributária	3.425	-
Cont. Cível	1.531	-
Demais Provisões	2.135	-
Operação de Liquidação Futura	(1.921)	-
Extensão Outorga – GSF	(21.355)	-
Custo atribuído ativo imobilizado	(28.026)	-
Total tributos diferidos, líquidos	(26.249)	-

Na incorporação, os saldos das diferenças temporárias de ITIQUIRA e BRAUNA foram somados aos da ELERA e seus respectivos impostos diferidos foram reconhecidos contabilmente no período.

O imposto diferido ativo sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal foram reconhecidos em função da existência de imposto diferido passivo relacionados com a mesma autoridade tributária, conforme CPC 32, item 35.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

As controladas da sociedade, optantes pela sistemática do Lucro Real e Lucro Presumido, apuraram imposto de renda e a contribuição social conforme reconciliação a seguir:

A ELERA registrou, em 2022, imposto diferido ativo sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal em função da existência de imposto diferido passivo relacionados com a mesma autoridade tributária (item 36^a/ CPC32).

Consolidado

As controladas indiretas BET, COINCE, ESCURA e IGARAP possuem imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre a base negativa, acumulados, no montante de R\$20.532, R\$13.127, R\$2.619 e R\$1 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 21.382, R\$ 13.137, R\$2.618 e zero em 31 de dezembro de 2021), respectivamente. O total da base negativa e prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2022 é de R\$60.388, R\$38.609, R\$7.705 e zero (R\$ 62.888, R\$ 38.639, R\$7.698 e zero em 31 de dezembro de 2021), respectivamente.

As controladas da sociedade, optante pela sistemática do Lucro Real e Lucro Presumido, apuraram imposto de renda e a contribuição social conforme reconciliação a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	371.717	325.878
	34%	34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*)	126.384	110.799
Adições e exclusões:		
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Amortização mais valia	3.409	1.682
Diferencial tributação presumido	(169.872)	(134.510)
Constituição/Reversão créditos fiscais diferido	49.674	47.872
Compensação prejuízo fiscal	(860)	-
Outras adições	3.420	2.890
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	12.155	28.733
(%) Alíquota efetiva	3,27%	8,82%

(*) Aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Contas a receber					
Alex New Energies Investimentos e Participações S.A.	(a)	-	-	74	-
Alex I Energia SPE S.A.	(a)	-	-	74	-
Alex X Energia SPE S.A.	(a)	-	-	74	-
Alex III Energia SPE S.A.	(a)	-	-	74	-
Alex IV Energia SPE S.A.	(a)	-	-	74	-
Alex V Energia SPE S.A.	(a)	-	-	74	-
Alex VI Energia SPE S.A.	(a)	-	-	74	-
Alex VII Energia SPE S.A.	(a)	-	-	74	-
Alex VIII Energia SPE S.A.	(a)	-	-	74	-
Alex IX Energia SPE S.A.	(a)	-	-	74	-
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	(a)	-	-	94	-
Apollo Comercializadora Ltda.	(a)	-	-	27.164	26.756
Brasil Central Energia Ltda.	(a)	-	-	-	4
Brookfield Renewable e Energy Group LLC	(a)	-	-	4.373	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(a)	-	-	58.253	23.008
Brookfield Renewable Power.	(a)	-	-	434	-
Brookfield Renewable Power Inc.	(a)	-	-	6.172	12.690
Bela Vista Energética Ltda.	(a)	-	-	-	750
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	(a)	-	-	114	-
Rio Casca Energética S.A.	(a)	-	-	-	1
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(a)	-	-	166	1
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(a)	-	-	304	-
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(a)	-	-	89	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(a)	-	-	166	-
Geração Central Eólica Renascerça I S.A.	(a)	-	-	140	-
Geração Eólica Renascerça II S.A.	(a)	-	-	161	-
Geração Central Eólica Parque Renascerça III S.A.	(a)	-	-	159	-
Geração Central Eólica Complexo Renascerça IV S.A.	(a)	-	-	161	-
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(a)	-	-	164	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(a)	-	-	618	3.552
Gacel Participações S.A.	(a)	-	-	2.754	3.676
Galera Centrais Elétricas S.A.	(a)	-	-	134	2.667
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	(a)	-	-	252	-
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	(a)	-	-	349	-
Centrais Eólicas Iqaporá Ltda.	(a)	-	-	368	-
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	(a)	-	-	133	-
Itiquira Energética S.A.	(a)	-	-	-	6.974
Janaúba Holding S.A.	(a)	-	-	-	2
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	68	-
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	68	-
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	68	-
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	68	-
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	68	-
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	68	-
Janaúba XV Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	7	-
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	68	-
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	68	-
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	68	-
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	68	-
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	68	-
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	68	-
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	68	-
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(a)	-	-	68	-
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	(a)	-	-	291	-
Mirante Energética S.A.	(a)	-	-	-	10
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda.	(a)	-	-	350	-
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	(a)	-	-	315	-
Pantanal Energética Ltda.	(a)	-	-	-	1.354
PCH Zé Tunin S.A.	(a)	-	-	216	796
Phoenix Geração de Energia S.A.	(a)	-	-	246	-
Centrais Eólicas Pindaí Ltda.	(a)	-	-	291	-
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(a)	-	-	329	-

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas—Continuação

	Nota	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Contas a receber					
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	(a)	-	-	74	-
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	(a)	-	-	370	-
Santa Ana Energética S.A.	(a)	-	-	-	581
Savana Geração de Energia S.A.	(a)	-	-	244	-
Central Geradora Eólica Seridó I S.A.	(a)	-	-	237	-
Central Geradora Eólica Seridó II S.A.	(a)	-	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó III S.A.	(a)	-	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó IV S.A.	(a)	-	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó V S.A.	(a)	-	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó VI S.A.	(a)	-	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó IX S.A.	(a)	-	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó X S.A.	(a)	-	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó XI S.A.	(a)	-	-	226	-
Central Geradora Eólica Seridó XII S.A.	(a)	-	-	226	-
SPE Cristina Energia S.A.	(a)	-	-	50	108
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	(a)	-	-	227	-
Tançarã Energia S.A.	(a)	-	-	650	1.107
Outros	(a)	-	-	1.996	2.002
		-	-	112.341	86.039

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Dividendos a receber					
Elera Renováveis S.A.	(b)	131.303	36.580	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(b)	-	-	126	126
Galera Centrais Elétricas S.A.	(b)	-	-	12.902	10.042
		131.303	36.580	13.028	10.168
Mútuos a receber					
Itiquira Energética S.A.	(c)	-	-	-	4.221
		-	-	-	4.221
Passivo					
Contas a pagar					
TerraForm Global Holding Spain 2 SLU	(d)	-	-	18	18
Alex I Energia SPE S.A.	(d)	-	-	2.097	-
Alex X Energia SPE S.A.	(d)	-	-	2.102	-
Alex III Energia SPE S.A.	(d)	-	-	2.080	-
Alex IV Energia SPE S.A.	(d)	-	-	2.085	-
Alex V Energia SPE S.A.	(d)	-	-	2.092	-
Alex VI Energia SPE S.A.	(d)	-	-	2.094	-
Alex VII Energia SPE S.A.	(d)	-	-	2.056	-
Alex VIII Energia SPE S.A.	(d)	-	-	2.086	-
Alex IX Energia SPE S.A.	(d)	-	-	2.099	-
Apollo Comercializadora Ltda.	(d)	-	-	2.803	847
Brasil Central Energia Ltda.	(d)	-	-	-	5.391
Elera Renováveis S.A.	(d)	-	8	-	-
Elera Gestão e Energia S.A.	(d)	-	-	14.865	9.737
Bela Vista Energética Ltda.	(d)	-	-	-	2.501
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(d)	-	-	-	11.058
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(d)	-	-	1.797	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(d)	-	-	2.502	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(d)	-	-	-	1.271
Galera Centrais Elétricas S.A.	(d)	-	-	4.129	-
Itiquira Energética S.A.	(d)	-	-	-	8.379
Janaúba Holding S.A.	(d)	-	-	-	49
Santa Ana Energética S.A.	(d)	-	-	-	74
Tangará Energia S.A.	(d)	-	-	7	42
		-	8	44.912	39.367

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Dividendos a pagar					
Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.	(e)	-	-	47	-
BP Brazil US Subco LLC.	(e)	153.227	67.991	153.227	67.991
Itisa Holding LLC.	(e)	-	-	39.193	-
Acionistas não controladores de Salto Jaurú	(e)	-	-	2.967	2.935
Acionista não controlador de Serra Negra	(e)	-	-	4.354	6.052
		153.227	67.991	199.788	76.978
Mútuos a pagar					
BP Brazil US Subco LLC.	(f)	-	-	-	125.000
Galera Centrais Elétricas S.A.	(f)	-	-	6.732	6.732
Itiquira Energética S.A.	(f)	-	-	-	282.318
		-	-	6.732	414.050
Receita					
Venda de energia					
Apollo Comercializadora Ltda.	(g)	-	-	41.245	105.623
Elera Gestão e Energia S.A.	(g)	-	-	270.307	76.993
Itiquira Energética S.A.	(g)	-	-	1.923	7.791
Tangará Energia S.A.	(g)	-	-	-	12.860
Outros	(g)	-	-	24.027	19.266
		-	-	337.502	222.533

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas--Continuação

Receita	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita com serviços de administração					
Alex New Energies Investimentos e Participações S.A.	(h)	-	-	168	70
Alex I Energia SPE S.A.	(h)	-	-	168	70
Alex X Energia SPE S.A.	(h)	-	-	168	70
Alex III Energia SPE S.A.	(h)	-	-	168	70
Alex IV Energia SPE S.A.	(h)	-	-	168	70
Alex V Energia SPE S.A.	(h)	-	-	168	70
Alex VI Energia SPE S.A.	(h)	-	-	168	70
Alex VII Energia SPE S.A.	(h)	-	-	168	70
Alex VIII Energia SPE S.A.	(h)	-	-	168	70
Alex IX Energia SPE S.A.	(h)	-	-	168	70
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	(h)	-	-	159	137
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	(h)	-	-	192	165
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(h)	-	-	279	236
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(h)	-	-	530	473
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(h)	-	-	294	433
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(h)	-	-	279	236
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(h)	-	-	253	236
Geração Eólica Renascença II S.A.	(h)	-	-	275	236
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(h)	-	-	272	236
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	(h)	-	-	275	236
Geração Central Eólica Ventos de São Miquel S.A.	(h)	-	-	277	236
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(h)	-	-	197	246
Galera Centrais Elétricas S.A.	(h)	-	-	392	332
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	(h)	-	-	422	357
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	(h)	-	-	585	495
Centrais Eólicas Igaropó Ltda.	(h)	-	-	616	519
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	(h)	-	-	225	192
Janaúba I Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	43	-
Janaúba X Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	43	-
Janaúba XI Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	43	-
Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	43	-
Janaúba XIII Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	43	-
Janaúba XIV Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	43	-
Janaúba II Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	43	-
Janaúba III Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	43	-
Janaúba IV Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	43	-
Janaúba V Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	43	-
Janaúba VI Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	43	-
Janaúba VII Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	43	-
Janaúba VIII Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	43	-
Janaúba IX Geração Solar Energia S.A.	(h)	-	-	43	-
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	(h)	-	-	487	412
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda.	(h)	-	-	586	495
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	(h)	-	-	521	440
PCH Zé Tunin S.A.	(h)	-	-	66	63
Phoenix Geração de Energia S.A.	(h)	-	-	395	334
Centrais Eólicas Pindaí Ltda.	(h)	-	-	488	412
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(h)	-	-	552	467
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	(h)	-	-	127	110
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	(h)	-	-	619	522
Savana Geração de Energia S.A.	(h)	-	-	395	334
SPE Cristina Energia S.A.	(h)	-	-	35	30
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	(h)	-	-	389	330
Tangará Energia S.A.	(h)	-	-	1.092	922
				13.556	10.572
Receita com serviços de O&M					
Brasil Central Energia Ltda.	(i)	-	-	955	1.874
Galera Centrais Elétricas S.A.	(i)	-	-	1.851	1.452
Itiquira Energética S.A.	(i)	-	-	9.419	11.174
				12.225	14.500
Receitas financeiras					
Itiquira Energética S.A.	(j)	-	-	479	200
				479	200

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Custo					
Compra de energia					
Alex I Energia SPE S.A.	(k)	-	-	24.914	-
Alex X Energia SPE S.A.	(k)	-	-	24.614	-
Alex III Energia SPE S.A.	(k)	-	-	24.549	-
Alex IV Energia SPE S.A.	(k)	-	-	24.858	-
Alex V Energia SPE S.A.	(k)	-	-	24.455	-
Alex VI Energia SPE S.A.	(k)	-	-	24.454	-
Alex VII Energia SPE S.A.	(k)	-	-	24.951	-
Alex VIII Energia SPE S.A.	(k)	-	-	24.371	-
Alex IX Energia SPE S.A.	(k)	-	-	24.752	-
Apollo Comercializadora Ltda.	(k)	-	-	29.397	53.399
Brasil Central Energia Ltda.	(k)	-	-	29.010	62.041
Elera Gestão e Energia S.A.	(k)	-	-	93.482	72.802
Bela Vista Energética Ltda.	(k)	-	-	20.079	19.924
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(k)	-	-	21.155	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(k)	-	-	29.457	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(k)	-	-	11.138	37.512
Galera Centrais Elétricas S.A.	(k)	-	-	425	-
Itiquira Energética S.A.	(k)	-	-	98.281	132.161
PCH Zé Tunin S.A.	(k)	-	-	3.905	13.095
Santa Ana Energética S.A.	(k)	-	-	3.069	5.189
SPE Cristina Energia S.A.	(k)	-	-	168	126
		-	-	561.484	396.249
Despesas financeiras					
Itiquira Energética S.A.	(l)	-	-	31.662	19.504
		-	-	31.662	19.504
Outros custos					
Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.	(m)	-	-	945	1.912
		-	-	945	1.912

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas—Continuação

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção, reembolso de despesas e outros;
- (b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Sociedade;
- (c) Operações de mútuos a receber entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (d) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (e) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (f) Operações de mútuos a pagar entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (g) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (h) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (i) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de operação e gestão da manutenção das usinas (PCHs e UHEs), possibilitando o cumprimento dos contratos de venda de energia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (j) Receitas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo;
- (k) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (l) Despesas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo;
- (m) Valores referentes às despesas com aluguel da sede administrativa da Sociedade.

Em 2022 a remuneração dos administradores foi de R\$552.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Seguros

Controladas em operação

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a Tangará Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 620.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 o total da cobertura assegurada para os bens administrativos da Sociedade é de R\$ 29.821 (R\$ 29.821 em 31 de dezembro de 2021).

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	Controladora					
	2022			2021		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	25	25	-	126	126
Dividendos a receber	131.303	-	131.303	36.580	-	36.580
	131.303	25	131.328	36.580	126	36.706
Ativos financeiros	Consolidado					
	2022			2021		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	59.102	59.102	-	108.729	108.729
Mútuos a receber	-	-	-	4.221	-	4.221
Contas a receber	314.656	-	314.656	327.631	-	327.631
Dividendos a receber	13.028	-	13.028	10.168	-	10.168
Contratos de comercialização de energia	-	45.723	45.723	-	102.382	102.382
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	29.560	29.560	-	36.507	36.507
Uso do Bem Público - UBP -						
Direitos de outorga	15.770	-	15.770	16.761	-	16.761
Ativo financeiro	15.979	-	15.979	28.186	-	28.186
	359.433	134.385	493.818	386.967	247.618	634.585

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	Controladora					
	2022			2021		
	Custo amortizado		Custo amortizado	Custo amortizado		Custo amortizado
Contas a pagar	2				41	
Dividendos a pagar	153.227				67.991	
	153.229				68.032	

Passivos financeiros	Consolidado					
	2022			2021		
	A valor		A valor	A valor		A valor
Custo amortizad	por meio de resultado	Total	Custo amortizad	por meio de resultado	Total	
Contas a pagar	126.457	-	126.457	126.141	-	126.141
Arrendamento	32.371	-	32.371	22.149	-	22.149
Dividendos a pagar	199.788	-	199.788	76.978	-	76.978
Contratos de comercialização de energia	-	40.072	40.072	-	111.265	111.265
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.035.989	-	1.035.989	1.234.633	-	1.234.633
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	15.306	-	15.306	19.666	-	19.666
	1.409.911	40.072	1.449.983	1.479.567	111.265	1.590.832

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - partes relacionadas

São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

- Empréstimos - instituições financeiras

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidado	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	59.102	108.729
Depósitos restituíveis e valores vinculados	29.560	36.507
Contratos de comercialização de energia	45.723	102.382
Total ativo:	134.385	247.618
Contratos de comercialização de energia	40.072	111.265
Total passivo:	40.072	111.265

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

As controladas indiretas da Sociedade possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira. Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, as controladas indiretas da Sociedade efetuam avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, para as empresas repactuadas a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para as empresas não repactuadas, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que as controladas indiretas da Sociedade tenham que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, as controladas indiretas da Sociedade tiveram duas opções: a adesão ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia ou o controle do nível de contratação, que visa minimizar a exposição ao mercado de curto prazo.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização e concessão*

As controladas indiretas da Sociedade detêm outorgas de concessão e autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos. Para as usinas que possuem concessão, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 9.074/1995, têm a prerrogativa de solicitar prorrogação por um período de 20 anos, por terem sido outorgadas anteriormente a 11 de dezembro de 2003.

Para as usinas que possuem autorização, os critérios para renovação de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs). No entanto, a renovação é a critério do Poder Concedente, não havendo confirmação por nossa parte se a prorrogação será concedida de fato, nem em quais condições.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei 14.120, de 01 de março de 2021, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de concessão e autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as controladas indiretas da Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

viii) *Risco de preços de energia*

Os contratos de compra e venda de energia elétrica são firmados para curto e longo prazo. Desta forma, a Brookfield Energia Comercializadora Ltda., controlada direta da Sociedade, fica exposta a variações de preço de energia – em especial do PLD (“Preço de Liquidação das Diferenças”) para atender a esses compromissos, o que inclui ainda o risco de preço entre sub mercados, o que pode afetar de forma negativa seus resultados operacionais e sua condição financeira.

A Sociedade possui uma política de gestão de risco e uma política de compra e venda de energia que definem as diretrizes e processos para controle e mitigação desses riscos.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração na situação financeira mediante o incremento na Curva Forward, sobre a parcela dos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica afetada, após o impacto da marcação a mercado. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica sujeitos a volatilidade da curva futura de energia, conforme demonstrado abaixo:

Instrumentos financeiros	Exposição (R\$ mil)	Cenário I (Variação de 25%)	Cenário II (Variação de 50%)
Risco: Alta PLD			
Contratos futuros de energia - Compra	(40.072)	(50.090)	(60.108)
Contratos futuros de energia – Venda	45.723	57.154	68.585
Total Líquido – Cenário Alta PLD	(5.651)	(7.064)	(8.477)

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Cenário I (Variação de 25%)	Cenário II (Variação de 50%)
Risco: Baixa PLD			
Contratos futuros de energia - Compra	(40.072)	(30.054)	(20.036)
Contratos futuros de energia – Venda	45.723	34.292	22.861
Total Líquido – Cenário Baixa PLD	(5.651)	(4.238)	2.825

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2022 e de 2021, a controlada indireta Brookfield Energia Comercializadora Ltda. negociou com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de obter ganho financeiro sobre as diferenças de preço futuro entre operações de compra e venda de energia.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas.

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus respectivos valores de mercado.

29. Eventos subsequentes

No âmbito da ação monitória n.º 1117586-08.2018.8.26.0100 ajuizada pela Engecon, a controlada indireta da Companhia Salto Jaurú Energética S.A. interpôs recurso especial contra o acórdão da apelação, porém o TJSP realizou o exame de admissibilidade do recurso especial e negou seu seguimento. A decisão foi publicada em 30 de Janeiro de 2023. A partir dessa data os assessores jurídicos da controlada da Companhia para esta ação judicial reavaliaram o prognóstico de perda acerca da causa, de modo a considerá-la, a partir de fevereiro de 2023, como uma causa com prognóstico de perda “provável” contra a controlada da Companhia no montante total de R\$ 19.209.

Os desdobramentos do referido litígio se devem a eventos ocorridos após o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e conforme avaliação da Companhia de acordo com o CPC 24 – Evento Subsequente, a mudança de prognóstico de perda na ação monitória se trata de um evento subsequente não ajustável contabilmente, e portanto não impactando a posição patrimonial e financeira da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo 31 de dezembro de 2022.

Em 8 de fevereiro de 2023, o STF decidiu sobre coisa julgada em matéria tributária (Temas 881 e 885), considerando que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. O Sociedade e seus consultores jurídicos avaliaram e não identificaram nenhum impacto material em função dessa decisão na Controladora e no Consolidado.

Elera Renováveis Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 20 de março de 2023.